

contraponto

ANO 19 Nº 119 Março/Abril 2019

A democracia resiste

- Criação da Comissão Arns
- 519 anos de luta indígena
- Feminismo por igualdade e respeito

Os 100 dias de Bolsonaro

Há pouco, o governo Bolsonaro completou 100 dias no poder. Se com a faixa presidencial conseguiu finalmente ultrapassar as 40 frases proferidas em toda a campanha eleitoral, o capitão reformado do Exército também quebrou alguns recordes.

Jair Messias Bolsonaro é o chefe de Estado brasileiro com o maior número de viagens em menos tempo de governo – três no total. Ironicamente, este também é o número de ministros exonerados até agora.

Desde a posse, realmente muito já foi feito. Queiroz virou laranja, o PSL se viu obrigado a explicar as candidaturas femininas fictícias lançadas para desviar verbas do fundo partidário, o mundo conheceu o *Golden Shower* presidencial, Danilo Gentilli virou símbolo de liberdade de imprensa, o Holocausto passou a ser um evento passível de perdão, um pai de família a caminho de um chá de bebê foi executado por 80 tiros de fuzis do Exército e Mourão virou o homem mais sensato da chanchada.

Como se não bastasse, o presidente Bolsonaro, para quem mulher é fruto de uma “fraquejada”, parece ter fraquejado na defesa dos interesses nacionais. Com medo de enfrentar uma greve de caminhoneiros, vetou o reajuste do valor do diesel anunciado pela Petrobras, gerando um prejuízo de 32 bilhões de reais em valor de mercado da estatal.

A articulação fisiológica com os partidos do Centrão no Congresso, palavra proibida no dicionário bolsonarista, deixou de ser algo da velha política e parece fazer parte da “nova política” que Bolsonaro prometeu instaurar quando fosse eleito.

Por essas e outras, dizem que o Brasil virou, finalmente, a República das Bananas. Mas, com um presidente que subiu ao poder trazendo a tiracolo uma penca de filhos, gurus, milicos e ministros aloprados chafurdando na lama das redes sociais, até Carmem Miranda ficaria envergonhada.



© Anna Biasi

SUMÁRIO

DESCASO É MOTIVO DE TRAGÉDIAS PELO BRASIL	3
A LUTA INDÍGENA PERSISTE	4
AS LEIS E SUA EFICÁCIA NA VIOLENCIA CONTRA A MULHER	5
O FEMINISMO E SUA ABORDAGEM NO BRASIL E NA ESPANHA	6
COMISSÃO ARNS: EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO E CIVILIZATÓRIO	7
CRISE NA VENEZUELA ESCANCARA DESINFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL	9
RIP DADDY	11
ENSAIO FOTOGRÁFICO	
POR DENTRO DO FAROL SANTANDER	12
GOVERNO DE SÃO PAULO AUMENTA TARIFA ACIMA DA INFLAÇÃO	14
E REPRIME MANIFESTAÇÕES COM VIOLENCIA POLICIAL	16
TEMPORADA DE PREMIAÇÃO MOSTRA PROCURA POR INCLUSÃO	18
REALIDADE PERMEANDO O ENTRETENIMENTO GERA CENSURA PROCLAMADA	19
SEM MINISTÉRIO DA CULTURA E PATROCÍNIO, CINEMAS CORREM	20
O RISCO DE FECHAREM AS PORTAS	21
YOUTUBE PASSA POR MUDANÇAS E AMEAÇA DECLÍNIO	22
POESIA	
A MORTE DA ESPERANÇA – LOUCO OCIDENTE	23
RESENHA	
DJONGA	24
CRÔNICA	
O BEIJO	24
CONTRA-ATAQUE	
É O FIM DA “CERA” NO FUTEBOL?	24

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

DE SÃO PAULO

PUC-SP

Maria Amalia Pie Abib Andery
REITORAFernando Antonio de Almeida
VICE-REITORMárcio Alves da Fonseca
Pós-GraduaçãoAlexandra Fogli Serpa Geraldini
Graduação

Marcia Flaire Pedroza

Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Silas Guerriero

Educação Continuada

Antonio Carlos Malheiros

Cultura e Relações Comunitárias

PRÓ-REITORES

Mariangela Belfiore Wanderley
Chefe de GabineteFACULDADE DE FILOSOFIA,
COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES
FAFICLAAngela Brambillia P. Lessa
DiretoraCristiano Burmester
Diretor AdjuntoValdir Mengardo
Chefe do Departamento de JornalismoFabio Cypriano
Coordenador do Curso de JornalismoEndereço: Rua Monte Alegre, 984
Perdizes - CEP: 05014-901

EXPEDIENTE

CONTRAPONTO

Cristianno Burmester, Fabio Cypriano,
José Arbex Jr., Maria Angela Di Sessa
e Pollyana Ferrari
Comitê Laboratorial

Anna Flávia Feldmann
Editora

Victoria Azevedo
Ombudsman

Raul Vitor e Matheus Lopes Quirino
Editores assistentes

Nádyá Duarte
Fotografia

Maria Clara Vieira, Raul Vitor e Vitor Hugo
Revisão

Foto da Capa: obra *Além do Infinito*, de
Serge Salat, por Nádyá Duarte

contato: contrapontopuc@gmail.com

JM Desenvolvimento Criativo Ltda-ME
Fone: 11 2309.6321

CONTRAPONTO é o jornal-laboratório
do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes
CEP 05.014-901 – São Paulo – SP
Fone: 11 3670.8205

Número 119 – Março/Abril de 2019

Lumen Graph
Fone: 11 94708.5762

DESCASO É MOTIVO DE TRAGÉDIAS PELO BRASIL

Por: Maria Clara Vieira,
Larissa Teixeira, Gabriella Lopes e
Vitória Martins

O ano de 2019 começou com desastres pelo Brasil. Alguns deles poderiam ter sido evitados, não fosse pelo descuido e despreparo de empresários.

Logo no dia 25 de janeiro, uma barragem da mineradora Vale rompeu na cidade mineira de Brumadinho. Uma onda de lama destruiu casas, vegetações e matou centenas de pessoas e animais. Até o fechamento desta matéria, 230 mortes foram confirmadas e 47 pessoas permanecem desaparecidas.

Além do grande número de vidas perdidas, a tragédia também gerou enormes impactos ambientais para a região. A contaminação do Rio Paraopeba, devido ao volume de 12,7 milhões de m³ de rejeitos de minério de ferro despejados em suas águas, levou produtores rurais da região a perderem tudo. Em entrevista ao **Contraponto**, o professor e pesquisador da Escola Politécnica da USP, Luis Enrique Sánchez, afirma que “a recuperação requer anos e deve ser precedida de um plano a ser aprovado pelas autoridades competentes e discutida com a comunidade afetada”.

Esta não foi a primeira vez que a Vale esteve envolvidas em crimes ambientais na região. Em novembro de 2015, a mineradora Samarco, que também tem como acionista a mineradora multinacional brasileira, foi responsável pelo rompimento de barragem em outra cidade mineira, Mariana. Naquela ocasião, 19 pessoas morreram e a poluição dominou o Rio Doce, além da devastação da vegetação local.

Para Sánchez, incidentes como o de Mariana e Brumadinho evidenciam a fragilidade da fiscalização de segurança de barragens no atual contexto brasileiro.

Ninho de tragédias

Duas semanas após os acontecimentos de Brumadinho, o Centro de Treinamentos do Flamengo, conhecido como Ninho do Urubu, foi tomado por um incêndio de grande proporção na madrugada do dia oito de fevereiro deste ano.

O local mais afetado foi o alojamento de jogadores de base. Os jovens, entre 14 e 16 anos, dormiam em contêineres no momento em que o fogo começou. Acredita-se que um ar-condicionado tenha sido a fonte do incêndio. Uma das vítimas contou à polícia que havia “gambiarras” no aparelho. A tragédia deixou dez mortos e três feridos.

Logo após a confirmação dos óbitos, iniciou-se uma investigação do caso. A Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro afirmou que o Flamengo pagou 10 de 31 multas por irregularidades no Centro de Treinamento. Além disso, foi revelado que o local em que estava montado o alojamento deveria ter apenas um jardim e um estacionamento.

Em entrevista ao **Contraponto**, Italo Pereira, de 17 anos, amigo desde a infância de Arthur Silva, uma das vítimas fatais da tragédia no Ninho do Urubu, contou que Arthur era um menino alegre e extrovertido, que nunca se deixava entristecer e sonhava em ser jogador de futebol

Negligência de empresários é apontada como principal responsável pelas calamidades que assolararam o país



© Reprodução: AP/Andre Penner

Brumadinho após o rompimento da barragem (acima)

Incêndio no Museu Nacional

© Reprodução: Reuters/Ricardo Moraes



Na noite de dois de setembro de 2018, o Museu Nacional, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, ficou em ruínas depois de um incêndio. Maior museu de história natural do Brasil, estima-se que o fogo tenha destruído acervo com mais de 20 milhões de itens. Segundo o Corpo de Bombeiros, o Museu Nacional estava em situação irregular, sem laudo de vistoria atualizado.

As sucessivas tragédias que vêm acontecendo em solo brasileiro são diferentes, mas contêm similaridades: a negligência administrativa dos espaços e a falta de fiscalização por parte do governo.

Enquanto as empresas e instituições envolvidas classificaram as tragédias como acidentes que não poderiam ser previstos, as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público apontam que, na maioria dos casos, houve sinais ignorados e negligenciados.

O que dizem os empresários

Contatada pela reportagem, a mineradora Vale informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não concede entrevistas exclusivas no momento. No caso de Brumadinho, a empresa relatou em nota oficial postada no último dia 25 de março que “até o momento, 269 famílias de vítimas em Brumadinho

receberam, cada uma, R\$100 mil; 91 donos de imóveis residentes da Zona de Autossalvamento receberam R\$50 mil; e 70 pessoas que tiveram seus negócios impactados pelo rompimento receberam R\$15 mil”. Além disso, a mineradora alega que está custeando todos os gastos de hospedagem, água, comida, hospital e buscas das pessoas afetadas.

As assessorias do Museu Nacional e do Clube de Regatas do Flamengo não responderam às perguntas feitas até o fechamento da matéria. Em nota oficial, o Flamengo afirma estar apoiando as famílias com ajuda financeira e psicológica, além de já ter negociado a indenização para familiares de 13 vítimas. Ainda em nota, a diretoria do clube comenta ter custeado todas as necessidades dos meninos hospitalizados e da hospedagem e alimentação dos respectivos familiares.

Já os advogados Jader Marques e Alexandre Wunderlich, responsáveis pela defesa do sócio da Boate Kiss na época do incêndio, Elissandro Callegaro Spohr, não retornaram os contatos feitos pelo **Contraponto**.

A LUTA INDÍGENA PERSISTE

Por: Giulia Pezarim, Julia Cachapuz
e Vitória Castro

Em meio a declarações e medidas tomadas pela atual gestão pública brasileira, o povo indígena se vê diante de um retrocesso maior para os próximos anos. Com alegações de que não irá "demarcar nem um centímetro a mais de terras indígenas", o presidente Jair Bolsonaro ignora a ancestralidade e o direito à terra da nação nativa.

As políticas anti-indígenas ficam claras nos primeiros momentos do mandato presidencial, quando o governo apresenta a ideia de fundir os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, recuando após críticas, mas voltando atrás com a indicação de Ricardo Salles – um ruralista já acusado de violar leis ambientais – como ministro do Meio Ambiente, e a transferência da questão da demarcação – até então função da Fundação Nacional do Índio (Funai) – para o Ministério da Agricultura.

A decisão imediatamente se tornou polêmica, uma vez que a agricultura historicamente é considerada como antagonista na questão das terras ancestrais indígenas, devido a interesses conflitantes para o uso daqueles terrenos. Ademais, Bolsonaro demonstra ter intenção de abrir ainda mais a Amazônia para exploração, o que pode acabar em uma abertura das terras públicas, pertencentes à União, aos grupos privados, a fim de comercializar o solo que, em parte, deveria ser preservado e cuidado pelo povo indígena, de acordo com direito garantido pela Constituição.

A invasão em tais terras públicas avança ao longo dos anos, até mesmo com o apoio do PT, sendo o governo Dilma criticado por "rifar os direitos indígenas", na opinião de Luís Donizete Benzi Grupioni, pesquisador associado ao Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, e a gestão Lula apontada como ausente de políticas indigenistas no âmbito fundiário, como desenvolve o mestre em antropologia pela Universidade de Brasília, Marco Paulo Schettino, em seu artigo "Governo Lula e as Terras Indígenas".

Os tempos sombrios acompanham a população nativa desde a colonização e, até hoje, o número de vidas indígenas caiu significativamente. Em 2016, a ONU denunciou o aumento de 50% em assassinatos de índios, decorrentes de invasões ilegais em território nativo e, em 2019, o etnocídio permanece vigente. Todavia, ao mesmo tempo, a luta não cessou, e os povos ancestrais continuaram a reivindicar seus direitos.

Resistências

O vão livre do MASP, na tarde do dia 31 de janeiro de 2019, estava lotado de diversos povos indígenas, em protesto ao atual governo, para mostrar que suas resistências não aceitarão nenhum retrocesso. Já no começo da Avenida Paulista, o ato "Nenhuma gota a mais" se alojou, até começar a caminhar pelas ruas da região. Contando com a presença do ex-senador Eduardo Suplicy e do rapper Criolo, ali se materializava a força de uma luta que, por meio de cantos ancestrais, pinturas corporais e gritos

Uma mostra da resistência nativa atual em seus 519 anos de existência



© Julia Cachapuz

Indígenas de diversas tribos reunidos na Avenida Paulista, em ato nomeado "Nenhuma gota a mais"

“O BRASIL É INDÍGENA, AS TERRAS JÁ ERAM OCUPADAS POR NÓS. É SÓ MAIS UM ANO DE RESISTÊNCIA. ESTAMOS ASSIM HÁ 500 ANOS”

(VANUZA KAIMBÉ, MANIFESTANTE)

de guerra, para muitos brasileiros, se tornou um item próprio de páginas de jornal ou telas de smartphone: a corriqueira batalha indígena para conquistar um direito tão natural a todos – o direito de existir.

O protesto tinha como pauta principal reivindicar o retorno da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) ao Ministério da Justiça – tendo em vista a decisão presidencial de mover parte do órgão para o Ministério da Agricultura e uma outra parcela ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. "Todo mundo sabe que o que mata índio é fazendeiro e posseiro, então se a FUNAI se integrar ao ministério da agricultura, mais de nós vão morrer pra que eles possam ganhar dinheiro e terras", disse o jovem baiano Pedro Pankararé, do povo Pankararé, que pintava o rosto enquanto discorria sobre as principais dificuldades que os povos enfrentariam referentes à batalha pelo acesso aos direitos indígenas.

A perspectiva indígena quanto ao futuro sobre os quatro anos de governo Bolsonaro não carrega grandes esperanças. "Já era difícil antes, mas a gente conseguiu sobreviver durante 519 anos, então a gente consegue de novo. Vai ser difícil? Vai. Mas a gente vai continuar aqui lutando, dançando e cantando, pedindo para Mãe Natureza nos guiar", conta Pedro.

Entre gritos de "demarcação já!", o líder Van Pereira Kaimbé, sob o palanque, pedia por direitos originários, saúde, educação, moradia, de-

marcação: "Não podemos nos curvar diante de um governo que não liga para nós", "Estão colocando a raposa para tomar conta das galinhas".

Desafios

Como um dos maiores obstáculos, foi apontada a falta de atenção do público não-nativo acerca do tema, pois aquele apenas receberia informações sobre a causa através de notícias pequenas de algum dos inúmeros casos de assassinato indígena. A situação, portanto, parece muito menos grave do que realmente é, para o conhecimento geral. E a falta de apoio consequente ofusca o protagonismo indígena como uma luta séria e necessária no contexto nacional.

Conectados através das redes sociais, os povos indígenas fazem campanhas e manifestações por todo o país, buscando informar a população geral sobre urgência da questão em plataformas como a 'Mídia Índia', Articulação dos Povos Indígenas (APIB) e a Rádio Yande.

Com a consciência garantida de que nenhum povo foi e vai ser tão massacrado pelo governo atual quanto o povo indígena, o mesmo se une em um movimento de resistência e mobilização em defesa da Constituição. Em tom de luta, a manifestante e índia Vanuza Kaimbé afirma: "O Brasil é indígena, as terras já eram ocupadas por nós. É só mais um ano de resistência. Estamos assim há 500 anos".

Por: Artur Ferreira, Gabriela Neves
e Manuela Avanso

Os dados de violência contra mulheres no Brasil são preocupantes. Pesquisas de 2018 apontam que 500 mulheres foram agredidas por hora e 76% das vítimas relatam que o agressor era próximo delas. Mas nem todos esses casos chegam até as autoridades, quando aparecerem, muitas vezes as leis não são devidamente aplicadas.

De acordo com dados da pesquisa Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil, do Forum Brasileiro de Segurança Pública dos casos de assédio e agressão contra mulheres, das vítimas, 52% não denuncia. Dos casos denunciados, somente 22% das mulheres procuram por órgãos oficiais (Delegacias comuns, Delegacia da Mulher, 190), enquanto que 29% procuram por órgãos não oficiais como família, amigos ou igreja.

Dentre os órgãos procurados, a Delegacia da Mulher (10,3%) segue como principal receptora das denúncias, seguida pela delegacia comum (8%) e 190 (5,5%). Já a família se encontra como a mais buscada pelas vítimas (15,2%), entre os órgãos não oficiais.

O **Contraponto** entrevistou delegadas da capital paulista e também vítimas de agressão, para entender o que está sendo aplicado, o que não funciona e o que precisa melhorar.

Gisele Maciel, delegada da 72ª DP-Vila Penteado na Zona Norte de São Paulo, afirma que as leis de proteção da mulher "não garantem a proteção efetiva. Quando a mulher chega com a denúncia, ela pode pedir a medida preventiva e o juiz fica com a responsabilidade de conceder ou não."

Para a delegada, "a medida protetiva é só um pedaço de papel e se o agressor voltar a agredir, a mulher liga pra PM e fica a mercê da polícia chegar a tempo". Em média a delegacia recebe 8 casos por dia de violência doméstica, e no geral 45 casos por semana.

Para a também delegada e titular da Delegacia de Polícia da Defesa da Mulher de Diadema, Renata Lima de Andrade Cruppi "há muita reprodução da cultura machista, e a objetificação da mulher. A cultura influencia muito a não acreditar no potencial da mulher."

A delegada continua "A maioria dos casos são de lesão corporal, ameaça e estupro de vulnerável. Crimes contra a honra também aparecem e geralmente é a vítima que denuncia, mas nem sempre quer continuar o processo. Há casos em que ela [vítima] muda de ideia e tenta prejudicar a investigação."

"A lei Maria da Penha e as leis de proteção são eficazes, porém somente cuidar da parte criminal não basta para resolver o problema. É o último respiro porque todas as outras áreas falharam", finaliza Renata Cruppi.

Em entrevista ao **Contraponto**, Marilha Boldt, advogada, natural de Curitiba, que hoje mora em Niterói, diz que já sofreu agressões psicológicas e físicas de seu ex-marido. O conheceu por uma rede social, o namoro foi todo pela internet e quando se casou foi morar com ele no Rio de Janeiro.

AS LEIS E SUA EFICÁCIA NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

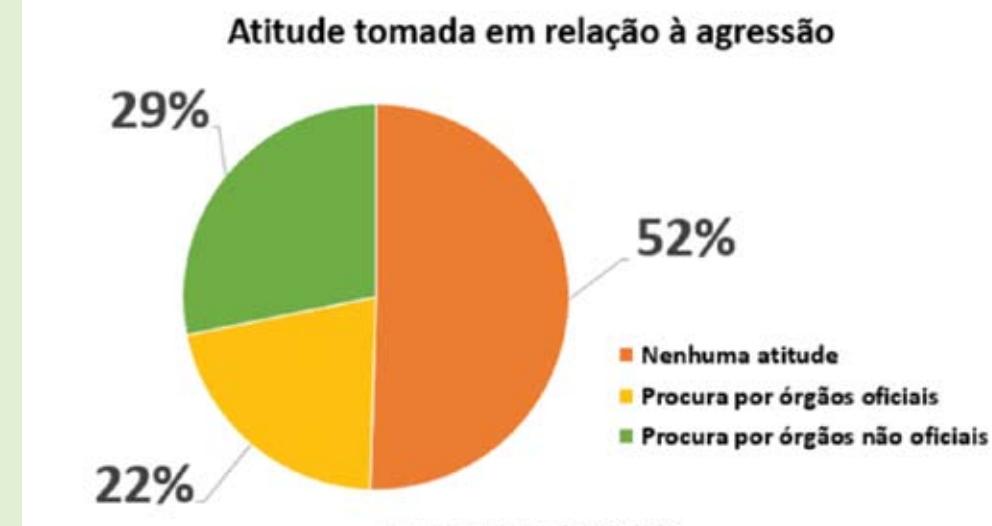


Gráfico sobre reação de mulheres vítimas de violência

© Artur Ferreira

“A MEDIDA PROTETIVA É SÓ UM PEDAÇO DE PAPEL E SE O AGRESSOR VOLTAR A AGREDIR, A MULHER LIGA PRA PM E FICA A MERCÊ DA POLÍCIA CHEGAR A TEMPO”

(**GISELE MACIEL, DELEGADA 72ª DP**)

Após um longo período de instabilidade em seu relacionamento, e diversos casos de agressões psicológicas por parte de seu companheiro, Boldt decidiu buscar ajuda da polícia, que não a deixou registrar um boletim de ocorrência. O delegado alegou que era apenas uma briga de casal. Marilha não fez o B.O naquele dia e só conseguiu a medida protetiva depois de provar as agressões físicas com um exame de corpo de delito.

O agressor chegou a persegui-la e foi pego em flagrante, porém não houve nenhum resultado, o delegado não representou contra ele. Todas as audiências que houveram do caso, ele não compareceu.

Tudo isso aconteceu há seis anos, hoje Marilha acredita que a medida protetiva ajudou já que ele nunca mais chegou perto para agredi-la. Mas acha que se sua denúncia fosse ouvida desde o início, as agressões físicas teriam sido evitadas.

O relato da vítima vai de encontro com as afirmações da Delegada Renata Cruppi: "A eficácia das punições é relativa por conta da forma de analisar o que é ideal, precisam existir políticas públicas que façam o homem entender o seu papel, educar e prevenir que o crime ocorra. Mecanismos além da punição."

Marilha como advogada diz que "hoje, se o homem descumpre a medida protetiva é preso imediatamente, o que dá ainda mais segurança para a mulher, porém sou a favor do projeto de lei que prevê que o homem use uma tornozeleira eletrônica e a mulher fique com um dispositivo que aciona a polícia ao detectar aproximação do agressor".

Hoje a curitibana coordena uma equipe na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que combate a violência de gênero, além de uma página na internet "Superação da Violência Doméstica", que também conta com Facebook, Instagram e YouTube. Nessas plataformas ela busca dar apoio às vítimas de violência doméstica, contando sua experiência para dar força às outras mulheres que passam por situações parecidas.

Além da divulgação e da rede de apoio há outras necessidades urgentes, como aponta a delegada Renata "leis são fundamentais, mas falta políticas públicas, audiências públicas, conversas nas escolas sobre desigualdade de gênero, e questões mais incisivas. Mudar o comportamento social de forma geral".

O FEMINISMO E SUA ABORDAGEM NO BRASIL E NA ESPANHA

Por: Beatriz Cripa

Como movimentos feministas se estruturaram nos dois países dissonantes

Em outubro de 2018 uma onda de manifestações tomou conta do Brasil com o intuito de se posicionar contra ao, até então, candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro. Esses atos tinham algumas características em comum: eram liderados por mulheres, em sua maioria jovens e contrárias às ideias radicais e preconceituosas de Bolsonaro. Os protestos aconteceram em cerca de 115 cidades brasileiras e em São Paulo, reuniram-se mais de 100 mil pessoas, no histórico Largo da Batata. Apesar do resultado das eleições não ter sido alterado da maneira esperada após a mobilização, esse movimento foi considerado a maior manifestação de mulheres da história do Brasil.

No ato foi possível ver que o conceito de feminismo foi muito difundido e amparado pelas brasileiras quando comparado com antigamente. Antes, esse movimento era restrito a poucas mulheres mais velhas e intelectuais – em sua maioria, mas hoje abrange minimamente todas as classes sociais e idades. As pautas discutidas na manifestação foram além de apenas lutar pelos direitos da mulher, mas reivindicaram igualdade e respeito a todos os cidadãos. Além disso, vale ressaltar que o movimento político-social tinha sim um caráter de esquerda, porém englobava todo o espectro político, uma vez que o lema era “Ele Não”, indicando que qualquer outra saída seria melhor.

Na Espanha aconteceu um ato similar em 2019. Após 36 anos de governo o partido de esquerda PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) no estado de Andaluzia, foi derrotado, com a ascensão de um partido de extrema direita, o Vox. Essa foi a primeira vez que o partido foi eleito para um cargo legislativo desde que surgiu em 2012. Vox, que significa “voz”, é a representação do partido de Bolsonaro, o PSL (Partido Social Liberal) nas terras hispânicas. É contrário ao feminismo, à discussão de gênero nas escolas, ao casamento homoafetivo, ao aborto, entre outras frentes tão defendidas pelos movimentos sociais. Também possui um forte discurso anti-imigração e islamofóbico.

Com a ascensão do Vox, diversas pautas polêmicas foram levantadas e discutidas, como resposta, muitas manifestações aconteceram no país. No dia 15 de janeiro, na praça Puerta del Sol, em Madrid, milhares de mulheres se reuniram para fazer um ato de desaprovação às atitudes do partido de extrema direita e buscar frear o crescimento desse. Com placas que diziam “Desculen las molestias, pero nos estan asesinando” (desculpe o inconveniente, mas estão nos assassinando, em tradução livre) e outras frases de luta, mulheres de diversas



Cartaz segurado por manifestantes criticando a atitude de revogação de lei contrária aos crimes de gênero



Grupo de mulheres manifestantes na praça Puerta del Sol

idades e classes sociais foram se posicionar especialmente em contradição à medida do Vox, que buscava revogar a lei contra violência de gênero.

De forma dissonante do Brasil, a manifestação espanhola era mais silenciosa. Formada em sua quase maioria por mulheres adultas e idosas, o grupo fazia pouco barulho, mas demonstrava muita garra. Ao ser questionada sobre o que es-

tava acontecendo, uma das integrantes do movimento disse que aquilo era um ato de resistência apenas para mostrar que as mulheres existiam e demandavam seus direitos. “Estamos aqui em forma de protesto”.

Outro ponto que difere as características das manifestações é o horário escolhido para acontecerem. No Brasil, tem se por costume fazer atos políticos no período da tarde ou no começo da noite. Por exemplo, o movimento “Ele Não” aconteceu por volta de 14h. No entanto, em Madrid o ato aconteceu por volta de 20h no horário local. Isso fez com que mulheres que acabaram de sair do seu expediente de trabalho pudessem se unir à luta.

Após apenas 15 dias de posse do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, o medo da maioria das espanholas era que algo similar acontecesse: um partido de extrema direita chegassem ao poder de forma tão incisiva e rápida quanto aconteceu no Brasil. “Não queremos que a tristeza de vocês seja a nossa também”, contou uma professora universitária que participava do ato. Por isso, mais que uma forma de resposta às atitudes radicais do Vox, o movimento também se baseou na ideia de não repetir os erros e omissão do Brasil.

De forma geral, os movimentos feministas mundiais buscam a emancipação da mulher e a equiparação de direitos. No entanto, eles se diferem em características das manifestantes. No Brasil, a mulher ativista tem perfil jovem, politizada e com o objetivo de fazer barulho e questionar os padrões

sociais. Contudo, foi possível perceber que na Espanha os atos políticos são mais contidos e politicamente posicionados. Mesmo assim, as mulheres lutam juntas, pelo fim do patriarcado, da violência e do preconceito. Abordagens distintas e quase 8000 km separam os países citados, mas a luta é a mesma.

COMISSÃO ARNS: EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO E CIVILIZATÓRIO

Por: Thiago Silveira e Sarah Catherine

No dia 20 de fevereiro de 2019, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no centro de São Paulo, deu-se início aos trabalhos da Comissão Arns em prol da sociedade civil. A Comissão, formada por vinte personalidades de diferentes campos políticos, ideológicos e econômicos, que se juntaram de forma voluntária para empenhar-se no acompanhamento de graves violações aos direitos humanos, em escala nacional.

O objetivo é observar e dar suporte à denúncia pública, caso haja infrações, sobre a integridade física, moral e social das camadas com maior índice de discriminação da sociedade, como índios, negros, quilombolas, comunidade LGBT+, mulheres, jovens e pessoas da zona urbana-rural em situação de miséria. "A Comissão tem como finalidade realizar a defesa e a promoção dos direitos humanos na sociedade em geral, especialmente no que diz respeito a graves violações ligadas a discursos de ódio e ações derivadas deles" afirmou Adriana Couto, durante a leitura do Estatuto da entidade na cerimônia de inauguração.

A efetiva criação da Comissão deu-se após o período eleitoral, no segundo semestre de 2018, em um ambiente carregado pelo crescente discurso de ódio, intolerância e discriminação. O ex-secretário de direitos humanos e também presidente da Comissão, Paulo Sergio Pinheiro mencionou a comemoração, no ano de 2018, dos 30 anos da Constituição de 1988, ou Constituição Cidadã, que estabeleceu, de maneira mais detalhada, a carta que se considera de maior importância em termos jurídicos e sociais da história nacional, incluindo a identificação de direitos civis, políticos, econômicos e culturais, além de um conjunto indispensável de garantias institucionais. Segundo a afirmação de José Gregori, ex-ministro da Justiça e membro da Comissão Arns, na abertura da comissão: "um país que almeja ser um Estado democrático tem de ter dois orçamentos, o econômico/financeiro e o civilizatório".

O atual governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) tem demonstrado ser uma ameaça aos direitos humanos e às instituições democráticas, ao retratar em suas últimas decisões, de acordo com o Diário Oficial, através de medidas provisórias o enxugamento dos Ministérios do Trabalho, Esporte, Cultura e de órgãos como o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), FUNAI (Fundação Nacional do Índio) além de mudanças na estruturação da Previdência Social, salário mínimo e restrição nas nomeações de cargos no Itamaraty, dificultando as relações econômicas, exteriores e políticas na escala federal e global. O presidente Paulo Sergio Pinheiro afirma que a Comissão não nasceu com intuito de ser, expressamente, contra o governo vigente e sim a favor da luta pelos direitos dos cidadãos.

Direitos Humanos na História

Atualmente conhecido como o Cilindro de Ciro, esse registro antigo, que data de 539 a.C., é reconhecido como a primeira carta dos Direitos Humanos do mundo. Está traduzido nas seis línguas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) e as suas determinações são simi-

"Se as coisas são inatingíveis ora, não é motivo para não as querer"
disse a presidente honoraria da Comissão, Margarida Genevois

**“UM PAÍS QUE ALMEJA SER
UM ESTADO DEMOCRÁTICO
TEM DE TER DOIS ORÇAMENTOS,
O ECONÔMICO/FINANCEIRO E O
CIVILIZATÓRIO”**
(JOSÉ GREGORI)



© Carla Cristina Vieche

lares aos quatro primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Aquilo que foi estabelecido pelo cilindro foi divulgado por inúmeros lugares e, ao longo dos anos, houve declarações que precederam a atual DUDH até que se chegou à oficial.

A declaração (DUDH) que existe hoje surgiu após a segunda guerra mundial e foi declarada na Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, em 10 de dezembro de 1948. Ela foi traduzida para centenas de idiomas e é utilizada no mundo inteiro, constituições de Estados e de democracias foram inspiradas pela Declaração. Pode ser considerada uma constituição universal, haja vista que todos os países que fazem parte da ONU, em algum momento, assinaram esse documento. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a DUDH assegura "garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana".

O Brasil é um dos signatários da DUDH e a Constituição de 1988 foi inspirada em muitos escritos dela. Em 1992, o então presidente da República, Fernando Collor, no decreto de número 592, assegura isso em seu 1º artigo, que afirma que: "O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém." No entanto, essa não é uma realidade vivenciada pelos brasileiros. Mesmo com medidas que deveriam ser preventivas, como essas, hoje ainda ocorrem muitas violações dos direitos humanos nas sociedades brasileiras, esses casos aumentaram gradativamente nos últimos anos, por essa razão, organizações como a Comissão Arns são de extrema importância. Isso se sucede dado que os países tomam a DUDH como garantia, mas não param para pensar no que ela realmente significa.

De certa forma, a Carta de Direitos Humanos representa de maneira "eficaz" e simbolizada um imenso aporte de cada indivíduo inserido em seu meio social, dotado de direitos inalienáveis.

Entretanto nem sempre este meio de se conquistar grande parte da população em esfera global sobre seus direitos foi eficaz por parte das nações. Sabe-se que seu principal impulso se deu após a vivência cruel do Holocausto e dos campos de concentração na primeira metade do século XX. Anunciado então, após a criação da ONU, foi vetor principal para dispersão deste ideário universal. Evidentemente, o documento

que se queria atingir em proporções globais era uma conversão transfigurada em palavras do então atual clima político vivido no pós-guerra. Um protesto oficial perante toda crueldade vivida naquele período. A Declaração Universal dos Direitos Humanos destaca:

"Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade, e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum."

As veias abertas da América Latina

Contudo, parece até então uma utopia alcançada pelo homem moderno no pós-guerra. Um reajuste de contas, princípios e ideais. Infelizmente esta ilusão não chegou a atingir de maneira exorbitante a América Latina. Após a década de cinquenta, o clima começou a esquentar abaixo dos trópicos. Começando pelo Paraguai, instaurando uma ditadura em 1954. Em seguida, por volta de 1966 a ditadura de Perón, na Argentina. Em 1964, no Brasil, com a derrubada de João Goulart instaura-se a ditadura que iria durar cerca de vinte e cinco anos até sua abertura gradual para a democracia.

A ditadura brasileira foi de certa forma bastante peculiar em relação as outras surgidas na América Latina. Com a redemocratização destes países após os períodos truculentos. Todas as nações, exceto o Brasil, aplicaram um acerto de contas e uma vasta investigação para encontrar e condenar os culpados de todos os crimes cometidos nos períodos ditatoriais. Já o Brasil aplicou a então "Lei da Anistia", com o esquecimento e recobrimento de todos os crimes e processos penais ocorridos no período de vinte e cinco anos de ditadura. Um afronta implacável contra a Carta de Direitos Humanos estabelecidas décadas antes dos ocorridos.

A pergunta que se faz até hoje é como, e de que forma, nossa sociedade carrega consigo suas sequelas deste regime sangrento que nos assolou. Reproduz-se em nosso modelo de educação pública? Em nosso Congresso? Ou será que nos motiva a ainda criarmos redes de resistência e denúncia de crimes ainda cometidos na atualidade?

O Contraponto realizou uma entrevista com a professora e doutoranda em Ciência Política pela UNICAMP, Carla Cristina Vreche.

Contraponto – Em 2018 comemoraram-se os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quais progressos foram alcançados nos últimos 70 anos?

Carla Vreche – Eu acredito que foram vários. Em termos legais, no que diz respeito à construção e consolidação do regime internacional de direitos humanos, a DUDH deu o passo inicial, o que já evidencia a sua relevância em si. Depois dela, vários instrumentos foram criados relacionados a matérias mais específicas, que servem de importantes formas de regulamentação do comportamento dos países, como, por exemplo, a Convenção Contra a Tortura de 1984, dentre tantos outros. Mas, mais do que isso, através dela, puderam ser também organizados diferentes espaços de debate da sociedade internacional em um movimento de discussão para a consolidação dos direitos humanos. Um exemplo disso foi a Conferência de Viena de 1993, que criou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), órgão importante no trabalho de proteção e também fiscalização da atuação dos Estados em matéria de direitos humanos. Assim, a Declaração é fundamental, porque ela inicia no plano internacional, em uma relação que extrapola os aspectos e documentos regionais anteriores, um instrumento que reconhece a legitimidade dos direitos humanos. Esse processo também reforça a criação de documentos nacionais a respeito da matéria, o que é especialmente importante. No dia a dia, também acredito que temos muitos avanços que podem ser considerados como parte do processo iniciado pela Declaração, mas esses são, talvez, mais difíceis de serem percebidos facilmente, já que alguns Estados ainda são bastante relutantes em cumprirem o que prometeram através da assinatura do documento. Considero a DUDH parte do processo de criação de um mundo, ou seja, ela não é apenas fundamentada e limitada a ele. Ela é importante porque é um projeto, desde a sua criação, serve de norte aos demais documentos.

CP – De forma um tanto quanto contraditória, vemos no desenrolar dos últimos anos que, os defensores dos Direitos Humanos, em escala global, sofrem constantes ameaças, além de serem alvos de abusos e violências. Qual sua opinião sobre este comportamento da sociedade? De que forma protegê-los?

CV – Acho essa uma questão bastante complexa e importante, visto que os números são bastante alarmantes. Na minha percepção das coisas, inicialmente, isso pode ter relação com dois elementos: a resistência dos países reconhecerem as violações de direitos humanos; e, especialmente, a falta de compreensão do que são os direitos humanos. Ainda falta, no meu entendimento, uma ampla compreensão do que é esse conjunto de leis e tratados. Os direitos humanos, como o próprio nome já diz, são mais do que morais, certo? Vão além! São regulamentos. Assim, quando uma pessoa fala: "lá vem os direitos humanos", ele está falando de uma coisa que não existe. Porque os direitos humanos não vão a lugar algum, ele é um conjunto de regras e não uma pessoa. Há muita confusão e falta de informação

nisso. Além, claro, dos grandes interesses que envolvem as lutas em que essas pessoas estão envolvidas, pois geralmente são temas bastante difíceis, como a violência policial, milícias, situação dos indígenas, etc. O caso da Marielle Franco é muito significativo nesse sentido, porque, veja, mesmo sendo ela uma vereadora, tendo cargo público, sendo conhecida não só na cidade do Rio de Janeiro, mas em outras partes do Brasil, foi sua luta em prol dos direitos humanos que fez com que ela fosse morta. Foi a posição dela de ativista, de enfretamento a esses poderes obscuros ilegais que estão na nossa sociedade, que criaram o cenário de horror. E isso se repete Brasil afora em casos que, às vezes, não vêm a público. São muitos e muitos. A proteção, na minha perspectiva, vem do investimento em uma educação em direitos humanos, para que esse discurso que perpassa a sociedade seja transformado, esse é um passo muito importante, porque essa "confusão", proposital ou não, dá legitimidade a quem comete os crimes contra defensores. A lógica existente dos "direitos humanos é coisa de bandido" é muito prejudicial nesse sentido. Mas, claro, isso é a médio e longo prazo. No curto prazo, cobrar constantemente a posição do país, das autoridades, é o passo mais fundamental.

CP – Em sua opinião, nossa sociedade ainda carrega sequelas dos anos sombrios do regime civil-militar em nossas esferas sociais e educacionais?

CV – Sim, completamente, especialmente na social. Nós temos muitas coisas mal resolvidas com o período ditatorial. Um dos pilares disso, pra mim, é a própria Lei de Anistia. É quase impossível evitar a volta de eventos trágicos no futuro se você não está resolvido com a sua história e passado. E o Brasil fez isso e continua fazendo. Mais ainda, o direito à memória também é uma tragédia no nosso país. Diferente de alguns países vizinhos, como o Chile, estamos muito atrasados. No Chile, há um imenso museu que conta toda a história da ditadura militar. No Brasil, houve um projeto de criação de um espaço parecido, mas nunca foi criado. Além disso, nossa Comissão Nacional da Verdade, revelando coisas sombrias do nosso passado também só aconteceu muito recentemente. Os relatórios finais foram entregues em 2014. Entende? Muito tempo depois dos acontecimentos. Nesse tempo todo pouco foi dito à sociedade sobre o que foi o período militar. Você sabe se você estuda isso e, mais especialmente, se isso se torna um tema de pesquisa na pós-graduação. Na escola, um dia de aula sobre todo o período. Isso é muito grave. Acredito muito na frase: "Para que nunca se esqueça. Para que nunca mais aconteça". No Brasil, além daquelas pessoas que não querem saber, há muitas também que não sabem o que foi o período militar. Como vamos evitar que aconteça de novo? Eu ainda fico bastante chocada quando penso em pessoas homenageando o general Ustra, um sujeito que foi reconhecido e condenado por praticar tortura. Isso é um crime contra a humanidade!

CP – A seu ver, qual o papel da Anistia Internacional no Brasil?

CV – A Anistia é uma ONG muito grande e bastante reconhecida internacionalmente, sua atuação no Brasil, neste modo, é significativa

na denúncia de casos de violações de direitos humanos, tanto exigindo uma resposta do Estado quanto abrindo, esclarecendo os fatos. Essa repercussão e pressão que a Anistia pode gerar é, na minha perspectiva, uma das chaves para a defesa dos direitos humanos e um dos elementos essenciais para a sua manutenção nos dias de hoje. Se os países possuem respostas negativas, o modo como a Anistia, assim como outras organizações da sociedade civil organizada trabalham, permite com que ela exponha e busque gerar respostas através de sua pressão. Além disso, me parece que a ONG tem um papel muito importante na elaboração de relatórios e pesquisas que o Estado não tem capacidade ou, às vezes, não quer organizar. Desse modo, acredito que o papel de gerar informação também é muito importante. Nacionalmente, mais do que pressão, sua atividade gera debate, o que é muito importante. Um exemplo disso, pensando nos termos da nossa conversa, foi à campanha realizada no ano em que o golpe fez 50 anos, que, além de outras coisas, voltou-se à conscientização da necessidade de reforma da Lei de Anistia. Aliás, a Anistia exerceu um papel bastante especial durante a ditadura no Brasil, quando lançou um relatório, denunciou os casos de tortura e listou alguns acusados. A relação entre a organização e o país pode ser considerada, inclusive, a primeira atuação da entidade na América Latina, o que foi um importante passo para a criação dessas redes de ativismo de direitos humanos que hoje conhecemos.

CP – No momento atual, com um presidente abertamente truculento e intolerante, qual seria a importância da criação da Comissão Dom Paulo Evaristo Arns para a sociedade civil?

CV – Acredito ser especialmente relevante por vários motivos. Primeiro porque existe ameaça a direitos. Segundo, se tratando apenas de uma ameaça, como defendem alguns, as falas do presidente legitimam e concretizam ações reais na sociedade, o que é bastante assustador. Mas, mais do que o medo, da ideia de estar alerta, de criar um grupo composto por pessoas importantes na defesa de direitos que estão preparados para uma possível mudança no cenário, eu entendo a criação da Comissão como também um reconhecimento do trabalho e ações realizadas por Dom Paulo durante a ditadura militar. É um contraponto, entende? Se o herói do presidente é o Ustra, nós temos Dom Paulo, que foi, à revelia de algumas figuras, alguém que não só se posicionou como enfrentou os militares, como, por exemplo, no culto ecumônico realizado em memória do jornalista Vladimir Herzog. Dom Paulo é o verdadeiro herói do período, não Ustra. Atualizar e reconhecer o trabalho dele é dar voz à memória, à história, e tentar retomar um trilho no qual nos perdemos. Assim, se inicialmente a criação da Comissão me assusta, porque me faz pensar no estado das coisas, acredito que ela seja muito importante, pois está já posicionada e organizada contra violações de direitos antes mesmo de elas acontecerem. É como estar preparada. Ela me aponta, com a seriedade das pessoas envolvidas que, de alguma forma, estamos preparados para seguir juntos. Ela coloca luz à memória de Dom Paulo, lembrança viva da defesa de direitos contra a truculência do Estado militar brasileiro.

CRISE NA VENEZUELA ESCANCARA DESINFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL

Por: Daniel Gateno e Giovanna Colossi

Com veículos hegemônicos dentro de empresas e uma mídia contra hegemônica pouco influente, a fonte mais segura de informação continua sendo nossos próprios olhos

República Bolivariana da Venezuela. Talvez a resposta para a animosidade da mídia hegemônica com o país, esteja exatamente aí.

No meio da palavra que une todas as nações sul-americanas, com exceção a Bolívia (Estado Plurinacional da Bolívia), e a nomenclatura de um país que sofre, segundo a literatura, a maldição dos recursos naturais e, segundo a política, a indisciplina ao capitalismo neoliberal.

Dona da maior reserva de petróleo do mundo, a Venezuela possui a 8ª maior reserva de gás natural, e 8.900 toneladas de ouro em seu território. Cerca de 37% das exportações venezuelanas são oriundas do petróleo.

É de surpreender que a Venezuela tenha resistido aos avanços imperialistas americanos, não só agora, mas durante a política de contenção ao comunismo, e também nos anos 60 quando, apoiados pelo governo Nixon, países da América do Sul foram tomados por ditaduras militares.

No começo de 1999, Caracas produzia quase 3 milhões de barris por dia, hoje produz cerca de metade deste valor, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). A Petróleos de Venezuela S.A, empresa estatal que organiza a exploração de petróleo no país caribenho, é um poço de má gestão e corrupção.

Em setembro de 2018 a justiça venezuelana mandou prender nove diretores da empresa em um esquema que supera 18 milhões de dólares. Noventa funcionários já foram processados por envolvimento em esquema de corrupção na PDVSA e parte da oposição venezuelana discute o fim da estatal.

Porém, a nova ameaça vem através do 45º presidente americano Donald Trump, que foi eleito em 2016 realizou pouco dos seus compromissos de campanha até agora e encontra forte resistência do Congresso para passar o orçamento da sua promessa mais aclamada, o muro na fronteira com o México. Conseguir o petróleo da Venezuela garantiria não só a sua reeleição, como traria muito dinheiro para os Estados Unidos.

Por esse motivo, as sanções americanas miram a empresa estatal, um golpe duro a um país que tem suas finanças, quase em sua totalidade, atreladas ao petróleo.

O atual cenário econômico venezuelano respalda o discurso de Trump amplamente divulgado pela mídia hegemônica, de que é necessária uma intervenção americana para garantir os direitos humanos no país vizinho. Essa é uma das razões para o Presidente Nicolás Maduro recusar a ajuda humanitária dos Estados Unidos.

Segundo Maduro, a ajuda é apenas um pretexto para uma suposta intervenção militar, por isso as fronteiras com Brasil e Colômbia foram fechadas, gerando a uma enorme quantidade de críticas da oposição e de organizações internacionais.

As sanções impostas pelos Estados Unidos, desde o governo Obama em 2015, ficaram ainda mais rígidas sob a administração republicana.



Petróleo é o grande motivador da nova crise geopolítica mundial



De forma desonesta e nada humanitária os Estados Unidos vem fechando o cerco contra a Venezuela.

Dentre todos os embargos já realizados, alguns chamam mais atenção; Em julho de 2017, o Banco Citibank se negou a receber fundos venezuelanos para a importação de 300 mil doses de insulina. O ingresso de vacinas no país atrasou por quatro meses, em outubro de 2017, devido ao bloqueio americano, que impossibilita

o pagamento ao Swiss Bank UBS. A entrega de medicamentos para a malária também foi bloqueada pelo governo colombiano em novembro do mesmo ano.

Segundo um relatório da organização "Human Rights Watch" houve um aumento de 1000% dos casos de malária no país caribenho entre 2009 e 2017. Além disso, o sarampo e a difteria, doenças que já estavam erradicadas na Venezuela, voltaram ao país.

No sábado (23), marcado como dia D, a Venezuela impediu a entrada de caminhões que levavam mantimentos e medicamentos para Caracas, oriundos da Colômbia e do Brasil. Alegando que nos últimos dois anos, estes países elegeram governos alinhados a política expansionista americana.

A Venezuela aceitou apenas os suprimentos do governo russo e de órgãos humanitários internacionais. Segundo a Federação Farmacêutica da Venezuela, o país não tem cerca de 85% dos remédios que precisa.

Em meio à crise nas fronteiras com Brasil e Colômbia, o presidente da Assembleia Nacional Venezuelana Juan Guaidó, se autodeclarou presidente interino do país e ganhou respaldo e reconhecimento internacional de mais de 50 países.

Como a reeleição de Nicolás Maduro foi marcada pelas abstenções (apenas 46% do eleitorado do país caribenho foi até as urnas) e por denúncias de fraude feitas pela oposição, a coalizão Mesa da Unidade Democrática (MUD) boicotou as eleições, pois consideraram a participação de Maduro na disputa inadmissível.

Guaidó é a figura política de oposição, não só a Maduro, mas também a displicência política venezuelana adotada por Chávez, simbolizada até hoje, como falado anteriormente, no nome oficial do país.

Símon Bolívar, que tinha o desejo de unir as nações da América Latina e rechaçava qualquer intromissão estrangeira, era o ídolo de Chávez, suas ideias serviram de base para as políticas aplicadas pelo presidente venezuelano durante seu mandato.

Com um forte cunho socialista, o governo chavista erradicou o analfabetismo, reduziu a pobreza e desigualdade social do país. Todavia, as taxas de criminalidade e inflação subiram.

Chávez tomou diversas medidas impopulares e o governo de Maduro segue a mesma linha, com duras críticas americanas, que pretendem vender Guaidó para o mundo, através de um discurso hegemônico que legitima e justifica guerras.

A mídia tem um papel de destaque na forma como esse discurso é amplamente divulgado até virar unanimidade.

Comportamento da mídia hegemônica brasileira

Segundo editorial do jornal britânico *The Guardian*, a Venezuela não vai conseguir se recuperar economicamente enquanto Nicolás Maduro estiver no poder: "pesquisas mostram que os venezuelanos querem eleições livres e democráticas, diversas iniciativas para que ocorra um novo pleito já foram jogadas na mesa e prontamente recusadas pelo governo de Maduro. Organizações internacionais devem ajudar a Venezuela interna e externamente".

Em agosto de 2017, o maior jornal brasileiro em circulação a *Folha de S.Paulo*, em um posicionamento histórico, resolveu tratar a Venezuela como uma ditadura em todas as suas publicações. De acordo com seu manual de redação, o termo ditadura é aplicável a governos com regimes autoritários, exercidos por uma pessoa ou um grupo, restringindo as liberdades individuais.

A mídia hegemônica brasileira, quase em sua totalidade trata o governo de Maduro como um regime que não é democrático. Ademais, diversos meios de comunicação internacionais criticam o governo venezuelano de forma intensa. Organizações como a "Human Rights Watch"

acreditam em uma união democrática na América do sul para combater Maduro.

Em artigo no jornal *O Globo*, José Miguel Vivanco, diretor-executivo da Divisão das Américas da *Human Rights Watch*, defende uma posição ativa do Brasil na defesa dos direitos humanos: "Tratar da situação dos direitos humanos na Venezuela é exatamente o que o Brasil deve fazer, não apenas por princípio, mas também por pragmatismo. Por princípio, os governos podem e devem denunciar seus vizinhos quando eles violam os direitos humanos — não se trata de um tipo de "interferência" nefasta, um argumento utilizado há décadas por governos abusivos em todo o mundo. Os direitos humanos são universais, e os governos não devem usar o argumento da soberania para se livrar do escrutínio internacional e da responsabilização quando cometem abusos."

A fraca mídia de oposição

No livro *Princípios elementares da propaganda de guerra: utilizáveis em caso de guerra fria, quente ou morna*, Anne Morelli classifica os dez princípios que tornam uma guerra legítima.

O que tem maior destaque é o apoio da opinião pública. Este só acontece quando a mídia é bem sucedida em vender a ideia de que ninguém quer a guerra, mas que é o melhor meio de assegurar a paz.

A demonização do chefe do campo adversário é essencial para dar um rosto ao inimigo e classificar o outro lado, geralmente o vitorioso, como pacifista desejoso de conciliação, mas levado à guerra pelo campo adversário. Sem levar em consideração a motivação honrosa de

querer defender uma causa nobre, como direitos humanos, e não interesses particulares.

Todos esses princípios sempre foram legitimados pela mídia hegemônica, mas o advento da internet tornou possível a maior divulgação de narrativas contrárias a vigente nos televisores, rádios e mídias tradicionais.

Sites de notícias como *Jornalistas Livres*, *Carta Maior*, *Carta Capital* e *Venezuela Analysis* publicam denúncias de manipulação da mídia e distorção de informações. Chamam de falso o caos humanitário tão divulgado via imagens de agências de notícia.

Diferente de empresas jornalísticas, as mídias contra-hegemônicas normalmente são financiadas por leitores e não respondem à ordem de instituições existentes. Ao divulgar informações têm um maior cuidado em publicar fatos, vídeos e dados que respaldem o que é afirmado.

Mas há algo que a mídia contra-hegemônica não parece estar interessada e que é vital para que realmente haja um discurso contrário no debate da sociedade. Ela não está na casa das pessoas, nas rodas de conversa do cidadão, que não tem um real interesse no assunto e que apenas aceita a notícia como ela é dada na televisão.

A mídia contra-hegemônica existe para uma classe apenas, a classe intelectual, interessada em assuntos políticos e não concordantes do discurso hegemônico.

Seu erro é não conversar com todas as camadas e por isso não se tornar relevante no contexto geral, que, ao que tudo indica será catastrófico ainda mais para a crise na Venezuela.

Disparidade entre mídias

Forum

Não há nuances na Venezuela. Ou se está de um lado ou de outro

Apesar de aparentar ser o lado mais forte, Maduro não está nessa posição, ao contrário. Ele foi eleito e a oposição na AN também. Quem fala em ditadura lá, age por má fé ou ignorância.

JORNALISTAS
LIVRES

VIDA NORMAL EM CARACAS!!!

FOLHA DE S.PAULO

Venezuelanos foram da
resignação à expectativa de
mudança com Guaidó

G1

Como era a 'Venezuela saudita',
um dos países mais ricos dos anos
50 e 80

País desfrutou de dinheiro do petróleo e se tornou um dos mais desenvolvidos da região; hoje, atravessa uma crise.

ESTADÃO

Governo venezuelano celebra vitória por bloqueio
de ajuda humanitária

Carta Maior
O Portal da Esquerda

Venezuela, um país golpeado por sanções

© Reprodução

“ PESQUISAS MOSTRAM QUE OS VENEZUELANOS QUEREM ELEIÇÕES LIVRES E DEMOCRÁTICAS, DIVERSAS INICIATIVAS PARA QUE OCORRA UM NOVO PLEITO JÁ FORAM JOGADAS NA MESA E PRONTAMENTE RECUSADAS PELO GOVERNO DE MADURO. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DEVEM AJUDAR A VENEZUELA INTERNA E EXTERNAMENTE”
(THE GUARDIAN)

RIP DADDY

Por: Lais Moraes e Beatriz Aguiar

No dia 19 de fevereiro de 2019 as manchetes anunciaram a morte de Karl Lagerfeld, o homem que mudou a moda. Deixando parte de sua herança milionária para sua felina de estimação, o diretor de criação da marca Chanel faleceu em Paris aos 85 anos.

O estilista, que possuía contrato vitalício com a Chanel, foi o responsável pela sua renovação quando todos recomendaram que ele "não tocasse nela, pois estava morta". Comandou a italiana Fendi por 54 anos, sendo o primeiro estilista a comandar dois desfiles de alta costura, quando a grife entrou no circuito em 2016. Ao mesmo tempo, criou e dirigiu sua marca homônima, além de conquistar liberdade nas instituições citadas para criar e dirigir suas marcas como bem entendesse; foi peça fundamental para a transição definitiva da alta costura para o prêt-à-porter, entre outras inúmeras contribuições.

Não isento de polêmicas, o estilista tinha respostas rápidas e provocadoras para cada jornalista que o aborda –, abrindo margem a muitas controvérsias, como quando alegou que Coco Chanel não concordaria com seu trabalho feito na Maison francesa, assim como quando declarou que "ninguém quer ver mulheres curvilíneas na passarela".

Na contramão de grandes casas de luxo que estavam abandonando a pele e o couro natural, Karl persistiu usando-os e defendendo sua posição com mais "karlismos" – "eu acho um açougue ainda pior" – e usando o abate de animais para o consumo e os empregos gerados na moda com o uso desses produtos como desculpa.

Seu destaque, além disso se deu devido às suas estratégias revolucionárias. Foi o *kaiser* – alcunha que detestava – quem abriu novas perspectivas de maneiras de apresentar os desfiles nas semanas de moda, com as apresentações itinerantes e cenários inesquecíveis. O Grand Palais em Paris, reconhecido em 2000 como patrimônio histórico da humanidade, é desde 2005 palco dos desfiles da Chanel. A cada coleção, Karl era o responsável criativo por trás dos grandes cenários. Supermercados, aeroportos, foguetes e até uma praia com areia e água. As estruturas eram de tal criatividade e preciosismo que o bastidor de um dos desfiles ganhou um episódio na série do Netflix *Reta Final*.

A morte do alemão, cuja a idade correta não se sabia ao certo, incitou a pergunta: o que será agora das duas grandes maisons sem seu diretor criativo? A Fendi deve passar para a neta dos fundadores, Silvia Venturini Fendi. A direção criativa masculina, infantil e de acessórios da marca, conhecida pelo duplo F criado pelo Kaiser, já tem Silvia como sua diretora. A bolsa Baguette, distinta pela personagem de Sarah Jessica Parker em *Sex and the City*, e a Peekaboo, cuja campanha de dez anos foi protagonizada pelas Kardashians, são algumas das criações de Silvia, que via Karl como um mentor.

A marca de Gabrielle Chanel também não deve passar para novas mãos. Virginie Viard, o

A morte de Kaiser Lagerfeld, da Chanel, encerra uma era em uma das maiores empresas do mundo e levanta questões sobre o futuro da moda



Lagerfeld com sua gata, Choupette, em um ensaio fotográfico para a Vanity Fair



O estilista, em 2013, fechando o desfile da coleção Primavera/Inverno da Chanel em Paris

braço direito de Lagerfeld, foi anunciada como sua sucessora. Sua carreira sempre foi entrelaçada a do alemão, tendo começado como estagiária na Chanel em 1987 e seguindo Karl em sua segunda passagem pela Chloé na década seguinte. Discreta, vinha pavimentando seu caminho junto ao seu mestre como nova cara da Chanel, ao fechar os shows ao seu lado, inclusive andando sozinha no último desfile de alta costura feito pelo alemão. A escolha das modelos e dos tecidos, a interpretação dos croquis para as costureiras e as provas eram feitas por ela. Com um estilo tão marcante quanto o de seu antecessor, olhos delineados em preto e calças jeans sempre a postos, é seguro dizer que o DNA Chanel se manterá intacto com a francesa.

Quem também tem seu futuro garantido

é a gata de estimação de Karl, Choupette. Uma das herdeiras da fortuna de 400 milhões de euros do designer, a gata, que possui Instagram próprio com mais de 250 mil seguidores e que já posou para a capa da Vogue Brasil com Gisele Bündchen, lançou no último dia uma coleção de cápsula de roupas e objetos dedicadas ao dono. "RIP Daddy" terá parte dos lucros revertidos para uma associação de cuidados a animais abandonados.

Com seu olhar único para as tendências, suas colaborações foram fundamentais não só para as grifes francesa e italiana, como para a própria indústria da moda, em nível global. Karl será lembrado para sempre como icônico, criativo e uma lenda da moda.

© Instagram/@choupettestdiary

POR DENTRO DO FAROL SANTANDE

O antigo Banespa, agora chamado de Farol Santander, fica localizado no centro de São Paulo e hoje é um ponto turístico não só para ser fotografado por fora, mas por dentro também.

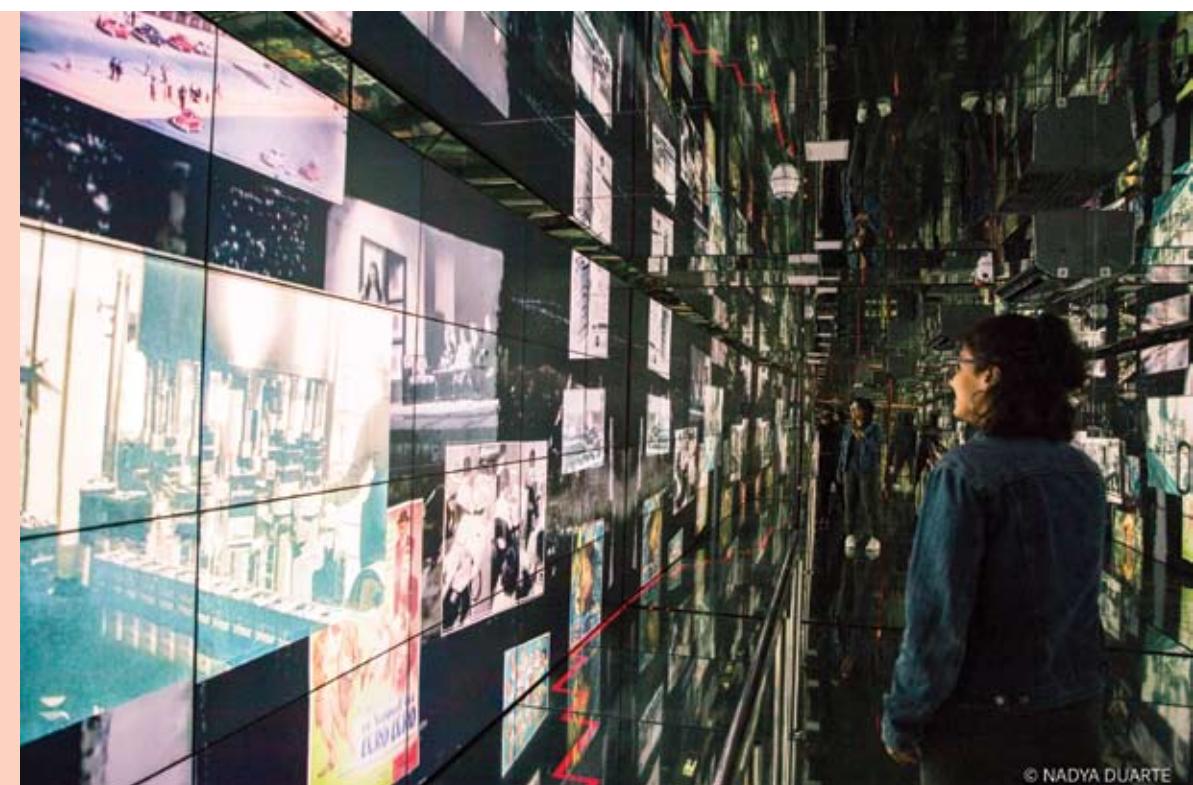
A visita começa com uma experiência imersiva que nos conta sobre a construção do edifício e seu projeto de arquitetura. Subindo para andares superiores conhecemos a história do prédio, quando o edifício era o Banco Central da cidade na década de 1950.

No quarto andar é apresentada uma obra feita a partir de materiais recicláveis, que representa a vista 360 graus do prédio. E subindo mais, os últimos andares apresentam duas exposições distintas: "Além do Infinito", uma obra sensorial do artista francês Serge Salat e da brasileira Regina Silveira, e a exposição "Hebe Eterna", que conta a história de uma das artistas mais amadas do Brasil, Hebe Camargo.

Por: Nádyia Duarte

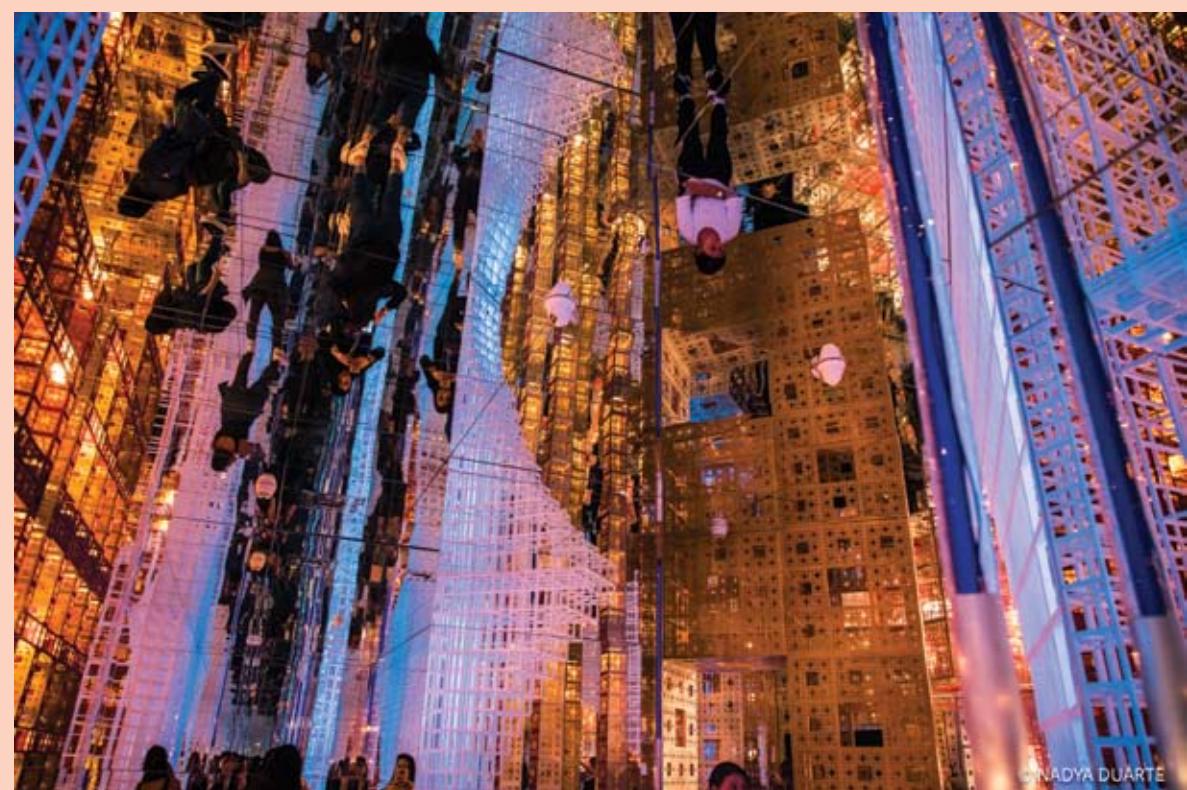


Projeto de arquitetura do prédio



© NADYA DUARTE

A primeira experiência imersiva que acontece ao entrar nas exposições do Farol



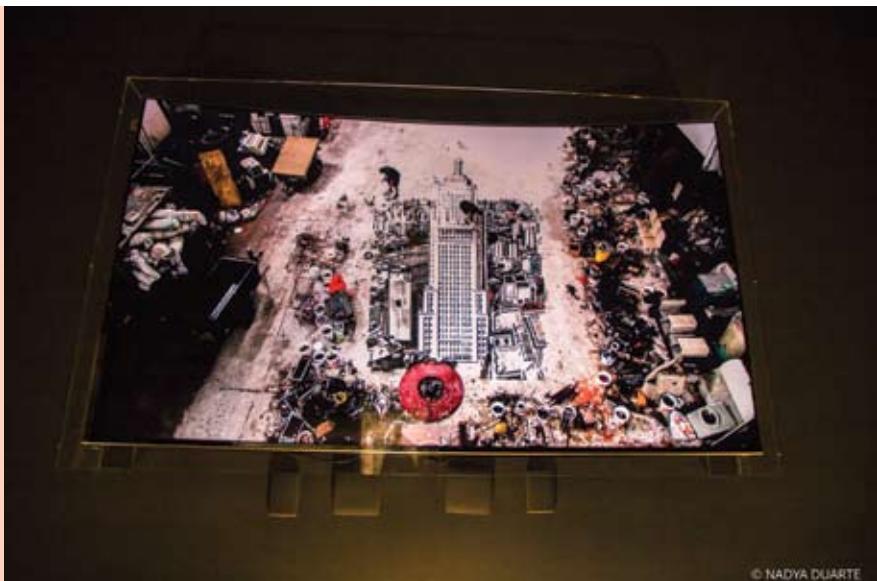
© NADYA DUARTE

Outra perspectiva da obra de Salat



© NADYA DUARTE

Visão 360 graus do prédio feita pelo artista Vik Muniz



Obra de Vik Muniz composta apenas por materiais recicláveis utilizados na construção do prédio Banespa



Coleção de sapatos de Hebe Camargo na exposição Hebe Eterna



Antiga sala de reuniões usada quando o edifício era o banco central da cidade



Mural fotográfico de Hebe com várias personalidades



Segunda parte da obra Além do Infinito, feita por Regina Silveira



Televisões que mostram passagens importantes de Hebe na TV Brasileira



Planetas na obra de Regina Silveira

GOVERNO DE SÃO PAULO AUMENTA TARIFA ACIMA DA INFLAÇÃO E REPRIME MANIFESTAÇÕES COM VIOLENCIA POLICIAL

Por: Sarah Catherine Camara de Seles,
Maria Paula de Sá, Rafael Oliva e
Laura Augusta

No dia 7 de janeiro, em São Paulo, a tarifa de ônibus sofreu um aumento de 7,5% - 3,8% a mais do que a inflação vigente; foi de R\$4,00 para R\$4,30. Logo após, no dia 13 de janeiro, o valor da tarifa do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), também aumentou para o mesmo valor. A integração entre os transportes públicos também mudou de R\$ 6,96 para R\$ 7,48. A Prefeitura de São Paulo justificou que por dois anos, 2016 e 2017, a tarifa não sofreu nenhuma mudança, e que isso impactou o orçamento da cidade. Por isso, o reajuste foi necessário para reduzir o desequilíbrio do sistema.

"Hoje olhando de maneira empática para famílias de baixa renda, que precisam utilizar o transporte público, não só para ir ao trabalho ou ir estudar, mas ter acesso da periferia até o centro, aquele valor pesaria sim no bolso", afirma Rute Raabe, 18, estudante entrevistada pela equipe do **Contraponto**. Com o cenário econômico atual e a enorme taxa de desemprego, muitos usuários não terão como arcar com o novo valor. Concomitante ao aumento da tarifa, a qualidade do transporte público deveria ser proporcional a ele, porém enquanto a população paga mais, a qualidade diminui. Inúmeras linhas foram cortadas, o que as torna, além de precárias, superlotadas.

O Movimento Passe Livre (MPL) realizou atos no centro de São Paulo provocados pelo aumento da tarifa. O grupo reuniu por volta de 15 mil manifestantes no primeiro protesto. Os atos foram contra o aumento da tarifa em índices maiores do que o salário mínimo. A Polícia Militar de São Paulo estabeleceu um grupo de mediação para evitar danos ao patrimônio e que pessoas não fossem feridas durante o ato. Três agentes da PM utilizavam coletes azuis, e faziam o entremeio com os representantes do MPL. No entanto, não houve consenso entre os organizadores e os mediadores, a PM não permitiu que a manifestação se locomovesse pelo trajeto que foi pré-determinado.

Na tarde de 16 de janeiro, quarta-feira, cerca de mil pessoas foram à Avenida Paulista em busca do direito ao transporte de qualidade e com valor justo, porém o dia ficou marcado pela repressão contra os manifestantes. "Dentro do ato eu não vi, de forma nenhuma, manifestantes atuando de maneira violenta ou que ferissem as leis. Na realidade a polícia agiu de maneira cruel e ilegal no momento em que todos os manifestantes estavam vulneráveis, porque nós estávamos todos sentados na rua no momento de jogral, que é quando as pessoas recebem as informações sobre o porquê elas estão ali e o porquê elas estão se manifestando", explica Rute Raabe.

O fotojornalista Daniel Arroyo foi ferido com um tiro no joelho no momento em que tentava fotografar a prisão de um manifestante e, além dele, diversas pessoas foram atingidas pela violência policial. A estudante, Rebecca Camara, 15, relata como foi ser acertada por uma



Manifestantes no ato contra o aumento da passagem

Corredor formado por policiais

bomba de efeito moral durante o jogral: "depois que jogaram as bombas, a gente teve que correr muito, e o momento em que a bomba estourou praticamente no meu pé e no da minha amiga foi muito assustador, não estava ouvindo nada (com o estrondo) e eu me senti fraca, vulnerável, frente a um estado extremamente violento. Eu estava sentada ali, esperando as pessoas que estavam liderando a manifestação falarem, e a polícia já começou a jogar bomba, foi muito assustador".

O depoimento de Raabe não se diferencia, ela diz que "ter presenciado a polícia agindo de maneira ultraviolenta, foi um 'mix' de sentimentos, foi desesperador, principalmente porque eu fui atingida e porque meus amigos foram atingidos pelas bombas e pelas farras (estilhaços) das bombas". As estudantes afirmaram também acreditar que a polícia está ali para assegurar o direito da população, e não consideraram a brutalidade como a maneira correta dos polícias prosseguirem.

Atos sem condutas violentas, por lei, não podem ser contidos com repressão. A Constituição de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã, assegura a todos os brasileiros o direito de serem cidadãos e de lutarem por um país melhor. O direito à manifestação está previsto em três leis principais; a primeira é a Lei da Liberdade de Expressão, onde é posto que o povo brasileiro tem o direito de buscar ideais

e manifestá-los, desde que não seja anônimo esse é um direito legítimo e fundamental para a democracia.

Há também o Direito de Reunião, o qual garante que todos podem se reunir pacificamente, sem armas, em locais públicos e sem autorização, desde que não atrapalhem outro evento já marcado no local e que avisem as autoridades previamente, sendo que essas não deverão impedir ou repreender tais manifestações, e sim garantir disponibilidade do espaço e policiamento para que o direito seja exercido. E por fim a Liberdade de Associação, que garante a autonomia de vínculo pacífico entre um grupo de pessoas reunidas por objetivos comuns para fins lícitos, salvo as de caráter paramilitar.

Entretanto, não há nenhuma lei acerca do uso das forças policiais em manifestações realizadas pela população, e isso é prejudicial ao conjunto de leis apresentadas acima, que garantem a realização de atos públicos pela população, uma vez que as repressões podem colocar-se, em inúmeros casos, de forma arbitrária e sem nenhuma punição. Desse modo, mais e mais manifestantes são enquadrados, acusados e presos por crimes como formação de quadrilha, associação criminosa e outras penas incompatíveis com a conjuntura dos protestos. Equiparando delitos de baixa lesão, que na maioria das vezes são minoria, a crimes graves, de forma injusta e contrária à lei.

“Hoje olhando de maneira empática para famílias de baixa renda, que precisam utilizar o transporte público, não só para ir ao trabalho ou ir estudar, mas ter acesso da periferia até o centro, aquele valor pesaria sim no bolso”

(RUTE RAABE, 18, ESTUDANTE)



© Fotos: Sarah Catherine Camara de Sales

lentas também. Mais ou menos em 2010 nossas manifestações eram marcadas por depredação de ônibus, quebra de terminais e por onde passávamos saímos pichando, como forma de ‘propaganda de guerra’. E dentro do movimento haviam muitas críticas a isso, se era correto ou não, a questão é que era o apetite da molecada, não dava pra ignorar esse apetite, eles não corriam quando a polícia chegava.

Gustavo ainda deixou claro qual o propósito do movimento, citando os abusos na locomoção em São Paulo, traçando uma comparação com sua experiência de ter morado fora do Brasil.

Eu não estava estudando, estava a passeio na Espanha, e me assustei. Os ônibus todos modernos, todos bonitões e a passagem custava oito centavos. Fui buscar saber como a passagem era tão barata, e era pelo fato de ser um serviço utilitário público. Os impostos estavam diluídos em frações de euros, três ou quatro euros para cada cidadão. Dava mais ou menos dez euros por semana, para cada cidadão, dando no final 40 euros de imposto. Por fim qualquer um podia pegar um ônibus com muito mais qualidade.”

Também conversamos sobre o momento de maior destaque do MPL, as manifestações de 2013.

“Quando as manifestações começaram, a truculência da polícia foi brutal, e algumas coisas haviam mudado. Ainda naquele ano, a polícia adotou uma nova tática, ao invés de caras com escudo e cassetete, eram doze caras, dois com balas de borracha e uns com bombas de efeito moral. Ficamos com mais raiva ainda.

Em 2013 as manifestações começaram com o aumento da passagem. É um assunto engraçado, dá para fazer uma entrevista só sobre aquele ano. Com a crise geral no país, veio a classe média sentindo que seus privilégios foram extremamente comprometidos pelo momento ruim que passava o país, e ela acabou ‘sequestrando’ o movimento.

Aos poucos, o movimento foi mudando de caráter. Foi deixando de ser uma questão de passagem, de mobilidade, do direito de ir e vir, para passar a ser sobre questionar o governo do PT, de questionar tudo que a gente havia montado no país com um governo mais à esquerda do PT.”

Gustavo finalizou dizendo que o movimento começou com um propósito bom, de debates sobre passagem de ônibus e direito de mobilidade urbana, depois passou por momentos de confrontamento de realidade, por não ter conseguido repassar sua principal mensagem sobre o passe livre na mente do trabalhador.

PM forma cordão em torno dos manifestantes



O MPL é um movimento social brasileiro que luta pela gratuidade nos transportes públicos, sendo o responsável por organizar todos os atos que ocorreram no início desse ano contra o aumento da tarifa. A organização teve início no ano de 2006, em Porto Alegre, predominantemente composta por estudantes. Expandiu-se para São Paulo e, em 2010, após 8 policiais agredirem um manifestante e tudo ter sido gravado, o movimento teve seu nome divulgado pela mídia, e assim começou a ganhar espaço. Seu maior destaque ocorreu em 2013, nas manifestações contra o aumento de R\$0,20 na tarifa de ônibus da capital paulista, que se espalharam por todo o país, culminando em protestos contra o governo de forma geral.

A equipe do **Contraponto** entrevistou um dos primeiros integrantes do MPL em São Paulo, Gustavo Henrique Bellatorre. Ele foi um dos membros mais ativos do movimento, contribuindo para sua expansão.

“Nós começamos as manifestações em São Paulo ainda em 2006, só que eram manifestações que contavam com um pouco de gente. Era mais a gente do movimento estudantil, a galera do movimento de contracultura, do movimento Punk. Conseguímos 130 pessoas, 150, 200. No âmbito mais otimista a gente conseguia 300 pessoas. O movimento sempre era impulsional, éramos vistos como chacota, e a polícia era

muito truculenta com a gente, muito mesmo. As primeiras vezes que sofri agressão policial foram justamente nas manifestações do MPL.”

Gustavo nos contou mais sobre a organização interna do movimento.

“O MPL acaba sendo uma frente de massas, portanto apartidário. Qualquer pessoa pode entrar, com qualquer visão política. Ele é democrático, radical e horizontal. Apesar de existirem representantes, e um secretariado organizacional, todos têm os mesmos poderes de decisão nas questões políticas internas do próprio movimento.”

Ele seguiu falando sobre a história do MPL e seu processo de crescimento, com a influência da truculência da polícia, interna e externamente.

“De 2006 até 2010 o MPL era basicamente um movimento de resposta aos aumentos das passagens. Era um momento interessante porque nós tínhamos o Kassab na prefeitura, que era meio truculento, e no governo do Estado estava o PSDB. Quando a gente fazia as manifestações e promovíamos os debates, havia muita preocupação em fazer documentos, em dialogar com a população e com os trabalhadores.

Por ser um movimento reprimido de maneira efusiva pela polícia e de forma muito truculenta foi ganhando características trucu-

“O MPL ACABA SENDO UMA FRENTE DE MASSAS, PORTANTO APARTIDÁRIO. QUALQUER PESSOA PODE ENTRAR, COM QUALQUER VISÃO POLÍTICA. ELE É DEMOCRÁTICO, RADICAL E HORIZONTAL. APESAR DE EXISTIREM REPRESENTANTES, E UM SECRETARIADO ORGANIZACIONAL, TODOS TÊM OS MESMOS PODERES DE DECISÃO NAS QUESTÕES POLÍTICAS INTERNAS DO PRÓPRIO MOVIMENTO.”

(GUSTAVO HENRIQUE BELLATORRE)

TEMPORADA DE PREMIAÇÕES MOSTRA PROCURA POR INCLUSÃO

Por: Beatriz Lauerti,
Raphaela C. Campano,
Dimitrius Vlahos e Isadora Rodrigues

Promovido pela Academia de Artes Cinematográficas de Hollywood, o Oscar é a premiação mais importante e esperada do cinema atual. Em sua 91ª edição, que aconteceu no dia 24 de fevereiro de 2019, surgiram várias discussões no que se refere à representatividade e minorias dentro do cinema e da Academia, sendo esta edição considerada a mais emblemática e inclusiva dos últimos tempos.

Das 24 categorias apresentadas, 12 estatuetas foram conquistadas por atores negros, estrangeiros ou por filmes que retrataram racismo e representatividade negra, como *Pantera Negra*, *Green Book*, *Infiltrado Na Klan* e *Se A Rua Beale Falasse*.

Ainda que todo o contexto social estimule uma maior atenção para essas situações de desigualdade, a cerimônia do Oscar nem sempre se mostrou preocupada com inserção de minorias dentro do cinema, muito menos com a possibilidade de um envolvimento mais ativo nessas questões.

Fazendo uma simples comparação com edições anteriores, é possível pontuar várias narrativas de racismo dentro do festival. Em 2016, por exemplo, o fato de não haver nenhuma indicação de ator ou atriz negra para melhor intérprete pelo segundo ano consecutivo levantou diversos questionamentos e revoltas no público. Como forma de protesto, foi criada a hashtag #OscarSoWhite (#OscarMuitoBranco, em inglês), criticando a posição da Academia em relação à falta de diversidade.

Nessa mesma época também viralizava a hashtag #BlackLivesMatter (#VidasNegrasImportam, em inglês), um movimento ativista internacional que colocava em discussão a violência direcionada a pessoas negras. Ou seja, a representatividade foi algo muito discutido e debatido por várias instâncias da sociedade.

Partindo dessa conjuntura, os anos seguintes já apresentaram mudanças como, por exemplo, a premiação de filmes em torno da temática negra, como *Moonlight*, vencedor de Melhor Filme em 2017, e *Corra!*, vencedor de Melhor Roteiro Original em 2018, sendo Jordan Peele o primeiro homem negro a levar o prêmio nessa categoria.

Em 2019, conquistas importantes vieram com Ruth E. Carter, primeira mulher negra a vencer na categoria de Melhor Figurino, e Hannah Beecher, primeira mulher negra a ganhar a estatueta de Melhor Direção de Arte, ambas do mesmo filme *Pantera Negra*. Outros artistas negros a levarem o prêmio foram Spike Lee e Kevin Willmott, vencedores de Melhor Roteiro Adaptado pelo filme *Infiltrado na Klan*, e Peter Ramsey, ganhador de Melhor Animação por *Homem-Aranha no Aranhaverso*.

Pele negra, lente branca

Ainda que essa última edição do Oscar

Após polêmicas em edições anteriores, principais premiações buscam afastar imagem preconceituosa

tenha sido revolucionária em muitos pontos, houve discussões acerca de *Green Book*, vencedor de Melhor Filme. Dirigido por Peter Farrelly, o filme conta a história de Tony Lip, interpretado por Viggo Mortensen, um segurança ítalo-americano que é contratado como motorista para Dr. Don Shirley, retratado por Mahershala Ali, um pianista negro de classe alta que sai em turnê pelo sul dos Estados Unidos.

Para além das polêmicas e acusações de assédio sexual em volta do diretor Farrelly, as discussões vieram para questionar se *Green*

Book era o filme que melhor retratava o racismo e preconceito, visto que essas questões foram colocadas por um diretor e equipe majoritariamente brancos, direcionadas para um público branco.

O filme se encaixa no conceito do que se chama *White Savior* (Herói Branco, em inglês), narrativas em que o personagem branco salva pessoas de outra cor ou etnia de alguma situação de risco. As controvérsias foram tantas que, como forma de protesto, Spike Lee virou de costas na entrega de estatueta para o diretor Peter Farrelly.



Parte do elenco do filme *Pantera Negra*, que conquistou três estatuetas na edição deste ano do Oscar



Momento do discurso de Peter Farrelly, vencedor da categoria de "Melhor Filme"

Que viva, México

Dentre os filmes em destaque, também é importante notar a relevância do filme mexicano *Roma*, dirigido por Alfonso Cuarón. O filme trata da história de Cleo, uma jovem que trabalha como babá e empregada doméstica para uma família de classe média do México dos anos 1970, e se vê em volta de manifestações políticas e outros acontecimentos que marcam a vida das personagens.

O título do filme se refere a um bairro de classe média da Cidade do México e não à capital italiana. Contudo, a relação com a Itália se baseia no fato da presença neorrealista na obra, como a fotografia em preto e branco e as críticas sociais. Assim, a sociedade e o cotidiano mexicanos ganham espaço em uma premiação onde os americanos predominam sempre.

Cuarón, conhecido por trabalhos como *Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban* e *Gravidade*, parece ter unido em *Roma* vários aspectos de suas obras, resultando em uma produção intimista, instigante, imprevisível e com muito destaque para a fotografia. Como já é caracte-

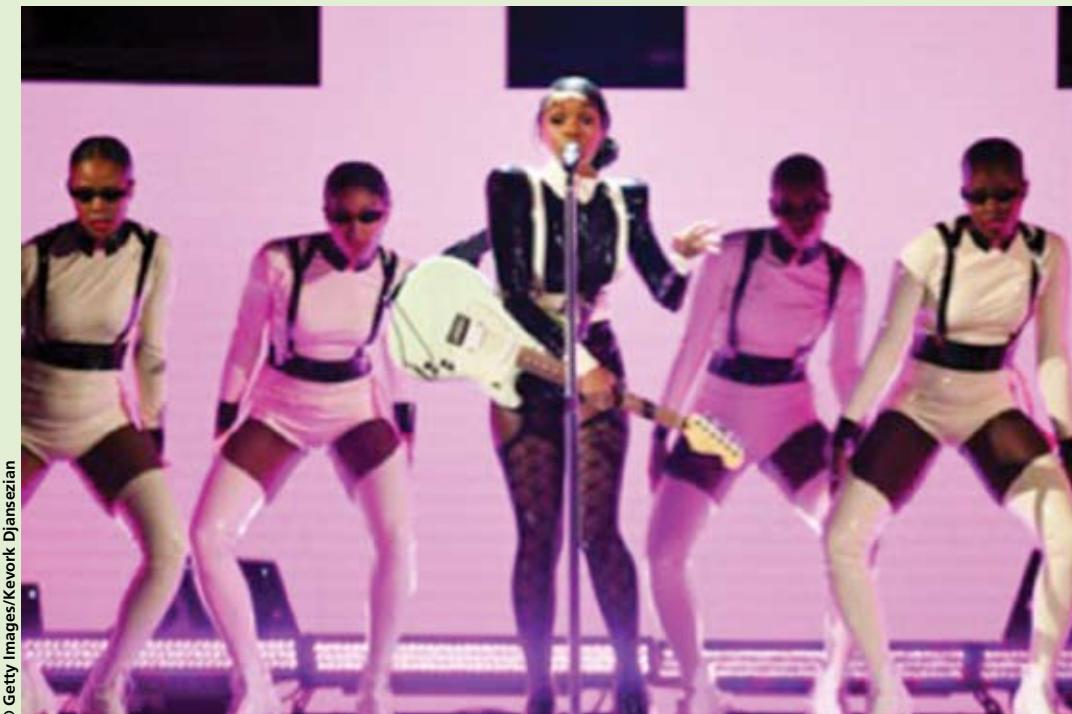
rística do diretor, é notável em sua obra muitos detalhes minuciosos e cuidados na utilização da câmera, dirigindo a fotografia do filme com tamanho cuidado e zelo que levou a estatueta de Melhor Fotografia.

Há a sensação de ampliação dos ambientes e estabilidade visual em todos os momentos, a câmera está quase sempre parada em um ponto fixo, fazendo um plano médio, propositalmente para contrastar com a instabilidade da vida dos personagens e do México, retratando fielmente a sociedade mexicana, e contribuindo para a "metaforização" da história que Cuarón queria passar.

A obra, muito comentada desde o início dessa última edição do Oscar, foi indicada para dez categorias, levando três estatuetas de Melhor Filme Estrangeiro, Melhor Diretor e Melhor Fotografia. Foi a primeira vez que um filme estrangeiro concorreu a algumas das categorias citadas, reforçando a questão da representatividade presente em toda a cerimônia de premiação, já que o filme é mexicano.



Diretor do filme ganhador de "Melhor Roteiro Adaptado" Spike Lee



© Getty Images/Kevork Djansezian

Apresentação de Janelle Monáe no Grammy 2019

A nova face do Grammy

Em sua 61º edição, o Grammy contou com performances de artistas como H.E.R, Janelle Monáe e Alicia Keys. Um panorama majoritariamente feminino e com amplo destaque a artistas negros em ascensão.

A escolha das performances e as medidas para diminuir a desigualdade de gênero tomadas pela Academia Nacional de Artes e Ciências de Gravação, responsável pela premiação, são respostas às duras críticas recebidas nos anos anteriores.

Em 2018, executivas representantes da Universal Music Group enviaram uma carta à Academia de Gravação exigindo uma postura mais transparente e inclusiva, além de afirmarem que a premiação estaria "sem contato com a realidade". A reclamação se deu por conta de declarações do presidente do Grammy, Neil Portnow, que após a carta, propôs um trabalho conjunto para "aumentar a inclusão, representação, equidade e diversidade."

O descontentamento de nomes influentes da indústria fonográfica com a questão da desigualdade de gênero apenas aumentou um debate que já circulava nas redes sociais e no tapete vermelho do evento. Movimentos como Time's Up marcaram presença na 60º edição do Grammy 2018, e deram maior destaque ao tema da representatividade feminina.

Como forma de alterar o panorama pouco representativo na indústria da música, a Academia de Gravação pede agora que artistas incluam no mínimo duas mulheres em cada grupo de pessoas contratadas. A medida ajuda a aumentar a participação feminina nas etapas de produção e mixagem, onde ainda é minoria.

Durante a edição desse ano, foram notáveis os esforços para mudar a imagem pouco inclusiva atrelada à premiação. Dentre os vencedores das principais categorias, Álbum do Ano, Gravação do Ano, Música do Ano e Artista Revelação, estão artistas como Childish Gambino, vencedor de três prêmios, Dua Lipa, St. Vincent, H.E.R., além de Cardi B, primeira mulher a conquistar o Grammy de melhor álbum de rap. O alto número de indicações e prêmios a mulheres e artistas negros evidencia como a Academia recebeu as críticas e trouxe uma premiação mais equilibrada e condizente com os anseios da sociedade.

REALIDADE PERMEANDO O ENTRETENIMENTO

GERA CENSURA PROCLAMADA

Por: Beatriz Magalhães Girão
e Laura Salla Ré

Garrard Conley, um menino de 19 anos, pertence a uma família tradicional composta por um pai pastor, e mãe conservadora. Ao descobrirem a sexualidade de seu filho, o protagonista é levado a um acampamento de terapia em busca de uma solução do que eles consideram um problema: a homossexualidade. Essa é história do filme *Boy Erased*, 2018, baseado no livro de memórias *Boy Erased: Uma Verdade Anulada*.

Uma grande polêmica se sucedeu no Brasil quando a estreia do filme foi cancelada nos cinemas do país. A principal discussão foi acerca do tema que é popularmente conhecido como “cura gay”. O termo refere-se a uma suposta terapia que prometeria a reversão sexual do indivíduo. Essa ideia é equivocada, pois associa a sexualidade como uma forma de “opção” ou até mesmo de uma “doença”.

Em 2018, deputados da bancada conservadora colocaram um projeto de lei que visava a permissão de psicólogos ou psiquiatras a auxiliarem o paciente na mudança de orientação homossexual para heterossexual, aplicando terapias e tratamentos ao paciente diagnosticado com “transtorno psicológico da orientação sexual egodistônica, transtorno da maturação sexual, transtorno do relacionamento sexual e transtorno do desenvolvimento sexual”.

Não obstante expressa, com a onda de conservadorismo crescendo, em fevereiro de 2019 quando o Supremo Tribunal Federal (STF) colocou em debate a criminalização da homofobia, ou seja, se a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero deve ser considerada crime. A Frente Parlamentar da Família e Apoio à vida argumentou contra o STF em defesa de que a criminalização da homofobia pode levar à violação da liberdade de expressão.

O representante do partido, Walter Silva, em entrevista para BBC, na reportagem “STF debate criminalização da homofobia: saiba o que está em jogo”, publicada em 22 de fevereiro de 2019, alega: “É claro que qualquer excesso de agressão física ou verbal e de discriminação tem de ser punido, mas todos são iguais perante à lei, e dar o privilégio de criminalizar um discurso contrário à homossexualidade é uma agressão ao estado democrático e a um direito fundamental”.

Curiosamente, é também em fevereiro de 2019 que a Universal Pictures, distribuidora do filme *Boy Erased* anuncia que o filme não será mais lançado no Brasil. O que gerou indignação não só por parte dos internautas, mas como também do escritor do livro, que acusaram a distribuidora de censura. A Universal Pictures pronunciou-se dizendo que não houve censura alguma, foi apenas por uma questão comercial relacionada com o custo da campanha do lançamento e a estimativa da venda de bilheterias nos cinemas.

Não totalmente convencidos com o pronunciamento da Universal Pictures, os fãs continuam acreditando que tenha sido, de fato, uma censura por parte da distribuidora, desconfiando



Poster do filme *Boy Erased* retirado do Pinterest

que fosse por causa do atual governo, do grande grupo conversador e da bancada evangélica que defendem a cura gay.

Em entrevista ao **Contraponto**, Jéssica Sousa Silva, mestre em psicologia clínica e terapeuta familiar, que também se identifica como cristã, fornece dois pontos de vista. Ela explica que uma suposta concepção judaico-cristã sobre a homossexualidade não deveria ser argumento para violação dos direitos fundamentais desses indivíduos. Enquanto psicóloga, Jéssica diz que a conversão sexual é proibida pelo seu conselho de classe desde o ano 1999 e desconhece terapias de conversão sexual. Dessa forma, pauta a sua prática nos preceitos técnicos. Entretanto, esclarece que o posicionamento religioso criacionista, ou seja, que fomos criados por Deus, partirá do pressuposto heterossexual de que fomos criados como homens e mulheres. Consequentemente, a homossexualidade é sim apresentada bíblicamente como um pecado.

“CONSIDERANDO O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO BRASILEIRO (...), EU ACHO QUE FALTA UM POUCO DE DISCERNIMENTO POR PARTE DESSAS PESSOAS SOBRE A BÍBLIA, SOBRE RELIGIÃO E SOBRE HOMOSSEXUALIDADE, E PRINCIPALMENTE SOBRE LIVRE ARBITRIO.”
(JÉSSICA SOUSA LIMA)

Quando imaginamos um indivíduo religioso, logo supomos que ele adota todas as convicções pertencentes àquela vertente de pensamento sem reflexão crítica. Jessica, como profissional e cristã, demonstra que esse não é sempre o caso. Ao contrário do discurso de muitos religiosos que propagam a ideia que debater e defender os direitos da comunidade LGBT, assim discutindo e colocando a homossexualidade em pauta, quer dizer um incentivo a mesma, Jéssica diz que “considerando o fundamentalismo religioso brasileiro, eu acho que falta um pouco de discernimento por parte dessas pessoas sobre a bíblia, sobre religião e sobre homossexualidade, e principalmente sobre livre arbítrio.”

Ela segue afirmando que deseja que a lei proposta ao STF seja aprovada e que a mesma seria um mecanismo de proteção ao livre arbítrio das pessoas da comunidade LGBT:

“Quando falamos sobre homofobia, estamos falando de crimes de ódio, e isso viola os direitos fundamentais. Então, o meu desejo seria de que a população vibrasse e ficasse feliz por termos mais um aparato legal para impedir que pessoas sejam maltratadas, violentadas por conta de uma característica identitária”.

Com a onda de conservadorismo ganhando cada vez mais força dentro da sociedade brasileira, os movimentos contra a legalização da lei anti-homofobia chegam nos meios de entretenimento. Por outro lado, as pessoas que se sentem representadas dentro da comunidade LGBT são jogadas cada vez mais às margens da sociedade.

Privar o público da empatia e da identificação com a história de Garrard, é negar uma representação realista em uma plataforma mainstream, optando por deixar diversos jovens no escuro sem ter a chance de consumir tal conteúdo.

No final da história de Garrard, apresenta-se realmente uma narrativa sobre família, em que a aceitação e a união familiar vão acima dos preconceitos e, a partir disso, o desfecho da história, em que uma de suas morais retrata que a estabilidade e confiança na família ajudam o indivíduo a compor a sua integridade. Os princípios de ter uma vida em casa e uma boa relação com a família é algo extremamente valorizado pelos parâmetros do novo governo, entretanto, a homossexualidade não aparenta ser tão apreciada e incluída em tal princípio. Dessa forma, por que censurar algo que explicita que a força e o apoio familiar são fundamentais para a construção do indivíduo e que não pode ser exibido só por não se enquadrar dentro dos parâmetros da “família tradicional brasileira”?

Há um ano, a estreia do filme *Call Me By Your Name* (2018), que conta a história de um jovem que vai descobrindo sua sexualidade, foi uma das maiores bilheterias no Brasil, o que mostra uma grande ironia. Nitidamente houve uma mudança no contexto político, trazendo à tona um pensamento homofóbico explícito. O problema não viria do público, mas sim da circunstância atual do país, que não aceita tal retrato.

SEM MINISTÉRIO DA CULTURA E PATROCÍNIO, CINEMAS CORREM O RISCO DE FECHAREM AS PORTAS

Por: Laura Ré e Anna Baisi

Um dos primeiros decretos do início do atual governo de Jair Bolsonaro foi a extinção do Ministério da Cultura. No governo anterior, a área cultura também vinha sofrendo apuros, já que, o ex-presidente Michel Temer tinha declarado o congelamento de gastos com a Cultura, Educação e Saúde. Por consequência desses eventos, cinemas importantes e adorados ficam por um triz de fecharem as portas.

Um dos cinemas que está correndo risco é o Cinearte. Localizado no coração de São Paulo, no Conjunto Nacional da Avenida Paulista. O espaço passou por diversas mudanças em relação ao seu nome, por conta das transições de patrocínio, nos últimos dez anos de sua existência. Conhecido como "Cinearte Bom-Bril" e "Cinearte Livraria Cultura" até ao familiar "Cinearte Petrobrás".

Outro cinema que corre o risco de fechar as portas, é o Cine Belas Artes, um dos cinemas mais antigos de São Paulo. Situado na Rua da Consolação, o cinema foi inaugurado em 1943, com o nome de Cine Ritz e cinco anos depois, passou a ser chamado de Cine Trianon. Foi apenas no ano de 1967 que finalmente foi batizado de Cine Belas Artes – e possui o mesmo nome até então.

Conhecido por ter uma programação alternativa, com filmes de várias nacionalidades, tornou-se um dos pontos de encontro mais aclamados por intelectuais e artistas da cidade.

Ambos os cinemas mencionados, são marcos históricos de São Paulo, com características únicas e localizados em bairros marcantes da cidade. Os cinemas são reflexos da cultura múltipla e sempre presente da metrópole. Infelizmente, por falta de financiamento, esses cinemas declararam, no começo de 2019, que podem fechar as portas.

Algo que pode-se refletir é a popularidade de grandes cinemas, como por exemplo, o Cinemark. Normalmente, as franquias estão localizadas em *shopping centers*, que remetem a rapidez e acessibilidade, o que não é totalmente verdadeiro. Se analisarmos minuciosamente, os cinemas de rua são mais práticos que os de *shopping*, levando em consideração que, se o propósito é somente assistir um longa ou curta-metragem, é mais interessante dirigir-se para um lugar voltado apenas para exibição de filmes.

Além disso, cinemas como o Cine Belas Artes, possuem especiais, como o tão famoso e amado "Noitão", que propõe a exibição três ou quatro obras cinematográficas com um tema, seja de gênero, diretor ou nacionalidade, durante toda a madrugada, isto é, da meia noite até as seis horas da manhã.

Mas com tantas opções originais e únicas, por que as pessoas estão cada vez mais trocando o cinema de rua pelos de *shopping*?

Esse comportamento advém do padrão imposto pela Indústria Cultural, no qual a massificação e a reprodução são confortáveis para a sociedade e estão presentes em todos os âmbitos.



© Reprodução

Fachada do Cine Belas Artes, Rua da Consolação, São Paulo

É possível notar essa conduta ao ir em um cinema de *shopping*. O consumidor encaminha-se com a garantia de que o produto é de boa qualidade, mas na verdade, é mais uma repetição da realidade que não irá acrescentar nada ao espectador - sendo que o fato é mascarado pelo filtro da Indústria como algo "novo".

Já os cinemas de rua, que tem a proposta de exibir filmes de pouca tiragem e quebrar o padrão de consumo cinematográfico, podem oferecer ao indivíduo uma visão diferente da que é reproduzida diariamente nos âmbitos sociais.

Não é a primeira vez que o Cine Belas Artes passa por apuros. Em 2011, o patrocinador cortou o financiamento e o cinema teve que fechar suas portas. Foram três anos até a sua reabertura, com patrocínio da Caixa Econômica Federal – foi assim que o espaço adotou o nome Caixa Belas Artes e o manteve até 2019, com o fim do aporte do mesmo.

A reabertura do cinema, em 2014, se deu por conta do apoio do governo vigente da época, que com suas políticas de incentivo à cultura ajudaram o estabelecimento a se reerguer.

É possível observar um paralelo muito claro entre o que ocorreu em 2014 e a atual situação. Sem patrocínio privado, o cinema não

consegue se sustentar, mas com incentivos públicos o mesmo pode voltar à ativa.

Por ser um investimento privado, não há nenhuma segurança de estabilidade, já que não existe apoio de órgãos públicos. Assim, o acesso à cultura e o lazer são restringidos, o que não representa a vontade da população.

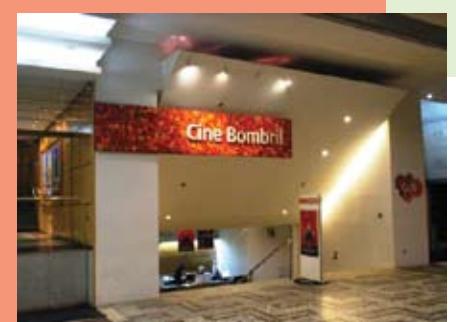
Com o aluguel do Cine Belas Artes custando quase R\$ 2 milhões ao ano e agora sem o patrocínio da Caixa, André Sturm, dono do cinema, disse em depoimento a *Folha de S. Paulo*, que caso não encontre novos patrocinadores, o espaço pode fechar em dois meses. Sturm ainda completa que esse pode ter sido o primeiro grande corte do banco estatal sob a gestão do atual presidente Jair Bolsonaro.

Quanto ao Cinearte, Adhemar Oliveira, em entrevista para *O Estadão*, diz que foi notificado que a partir do dia 31 de março, a Petrobrás não irá mais patrocinar o cinema. Apesar dessa intimação, Oliveira afirma que continuará lutando para manter o espaço.

Sob essa perspectiva, temos o questionamento de quais serão as próximas consequências que a sociedade brasileira terá de acatar com as novas restrições a cultura impostas pelo novo governo.



Fachada do Cinearte (ou Bom-Bril, Cinearte Livraria Cultura, Cinearte Petrobrás), localizado no Conjunto Nacional da Av. Paulista



© Reprodução

YOUTUBE PASSA POR MUDANÇAS E AMEAÇA DECLÍNIO

Por: Caroline Rangel,
Giovanna Montagner, Giulia Pezarim
e Júlia Nardi

Criado em 2005, o website Youtube tem como proposta ser uma plataforma onde pessoas comuns, através de canais próprios, podem se tornar grandes criadores de conteúdo, gravando e exibindo vídeos caseiros com autonomia para o mundo todo. Porém, hoje, segundo os próprios criadores, isso está mudando: entre medidas polêmicas decorrentes de escândalos envolvendo pedofilia, casos de desmonetização e o crescimento da presença de grandes marcas, usuários de longa data começam a questionar se a rede social estaria em declínio.

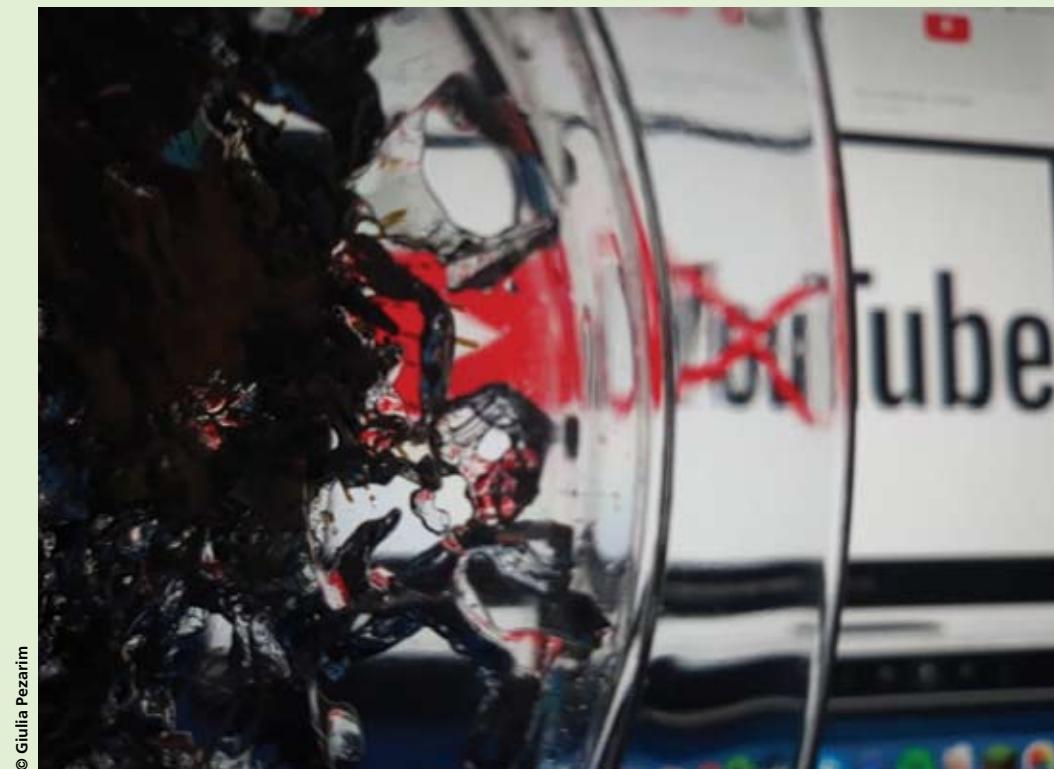
Com um mundo cada vez mais conectado e crítico, a pressão para que algumas liberdades da plataforma fossem alteradas começou a crescer, principalmente por parte dos investidores. Mas foi apenas em 2016 que isso começou a gerar críticas, quando inúmeros youtubers começaram a sofrer a desmonetização – isto é, deixaram de lucrar criando para o Youtube – após o endurecimento das normas do site para anúncios em vídeos – o que revoltou os criadores, pois muitos tinham sua renda 100% baseada na rede social. Os mais afetados foram os canais menores: o antigo critério para um canal se tornar elegível para ser monetizado consistia em possuir 10 mil visualizações, e o critério atual mudou para 4.000 horas de tempo assistido de vídeo e mil inscrições, tornando a autonomia virtual em uma realidade distante para muitos produtores que planejam se sustentar exclusivamente da plataforma. A situação passou a ser conhecida como "adocalypse" (o apocalipse dos anúncios), pois diversos criadores perderam seus canais naquele momento.

Além disso, outros novos critérios contidos na mesma lista de normas proíbem a monetização para vídeos com conteúdos "controversos": abordagem da violência, linguagem inapropriada, ódio, drogas, eventos sensíveis, entre outros. Tais normas são consideradas conservadoras e ultrapassadas para o cenário virtual, principalmente pela facilidade com que algo passou a ser considerado inapropriado no site. O YouTube se posicionou acerca da polêmica, explicando que o canal elegível para monetização que deseja postar vídeos com tais abordagens tem a opção de desmonetizar apenas o vídeo em questão.

O declínio da monetização foi acompanhado pela queda da visibilidade na plataforma: vídeos com menos potencial para anunciantes começaram a ter menos destaque, e inúmeros canais acusaram a rede social de não notificar mais os usuários quando conteúdos novos eram postados. Em entrevista ao **Contraponto**, o youtuber Clayson Felizola aponta como a queda de visualizações prejudica o criador: "Sem alcance o canal naufraga e isso inviabiliza novos vídeos".

Nesse contexto, as marcas com vídeos produzidos dentro do padrão de anúncios e

Em processo de adaptação, plataforma encontra obstáculos para se adaptar às diretrizes da comunidade virtual



© Giulia Pezarim

A crescente fragmentação de uma das redes sociais mais influentes do mundo

seu grande alcance passam a dominar a plataforma. Diversos críticos apontam como esses canais saem ilesos, com comentários ativados, visualizações em alta e monetização, dando início a uma luta entre o criador independente e a grande corporação pelo espaço na plataforma – luta marcada pelo duelo "Pewdiepie vs. T-Series", onde o youtuber Felix Kjellberg (Pewdiepie) atualmente disputa com a companhia de vídeos indiana T-Series pelo canal mais inscrito do Youtube.

A competição se tornou um fenômeno de internet, e é acompanhada por milhares de pessoas todos os dias em vídeos ao vivo com a contagem de seguidores dos dois canais. Quando perguntado sobre o fim da produção independente na plataforma, Felizola afirma que "este é um caminho sem volta. Mas os produtores independentes nunca cairão. Há inúmeros casos em que as pessoas procuram conteúdos em que esta 'qualidade' é desnecessária. As pessoas estão mais focadas no conteúdo."

A questão atual da empresa envolve a faixa etária dos usuários: com um número expressivo de crianças e adolescentes utilizando o Youtube, e com a conectividade da

plataforma, houve abertura para que escândalos de pedofilia viessem a tona em 2018. Ao verificar os ocorridos, os investidores da rede social pressionaram para fazer mudanças significativas, o que gerou a desativação da sessão de comentários em inúmeros canais (em especial os que tinham a participação ou imagem de crianças). A medida foi controversa, pois inúmeros canais saíram prejudicados, uma vez que o contato com os inscritos seria parte importante da comunidade do site. Para Felizola, eles estão procurando mudar. "Há um vídeo extremamente importante do Felipe Neto falando sobre os caminhos que levam à um loop infinito de imagens de crianças em situações sugestivas. Isso é perturbador. Algo precisa ser feito de forma urgente para coibir a situação. Até o momento o YouTube tem agido de forma negligente em muitos casos", diz.

A meta atual do site é conciliar a conectividade e o lucro. Porém, com a linha cada vez mais tênue entre passar por mudanças necessárias (por ser uma grande plataforma) e abafar o pequeno produtor, o futuro do Youtube se torna incerto.

A MORTE DA ESPERANÇA

É apenas vazio que me habita
Viciei nesse seu beijo doce que me levita
Sem forças para lutar, porém disposta a fugir
Angústia de querer correr sem nem ter para onde ir
Que caminho seguir?
Quero um abrigo, um abraço teu
Quero me perder, esquecer, enlouquecer
E laçar seu corpo ao meu
Canto pela liberdade,
Pelas mulheres caladas
E crianças largadas,
Pelos esquecidos e fracos,
Escolas e vilas,
Pessoas e vidas,
Por amor,
Por essa nossa Pátria mãe iludida
Mas quem dará ouvidos ao meu canto abafado?
Como quem grita, mas nunca é escutado
Canto este que se afoga em meio a imensa ignorância
Que é barrado pela hipocrisia da justiça
Um canto derrotado que se silencia com desesperança
Se desesperando
Em meio ao caos
Em seus braços

Luise Goulart Duarte



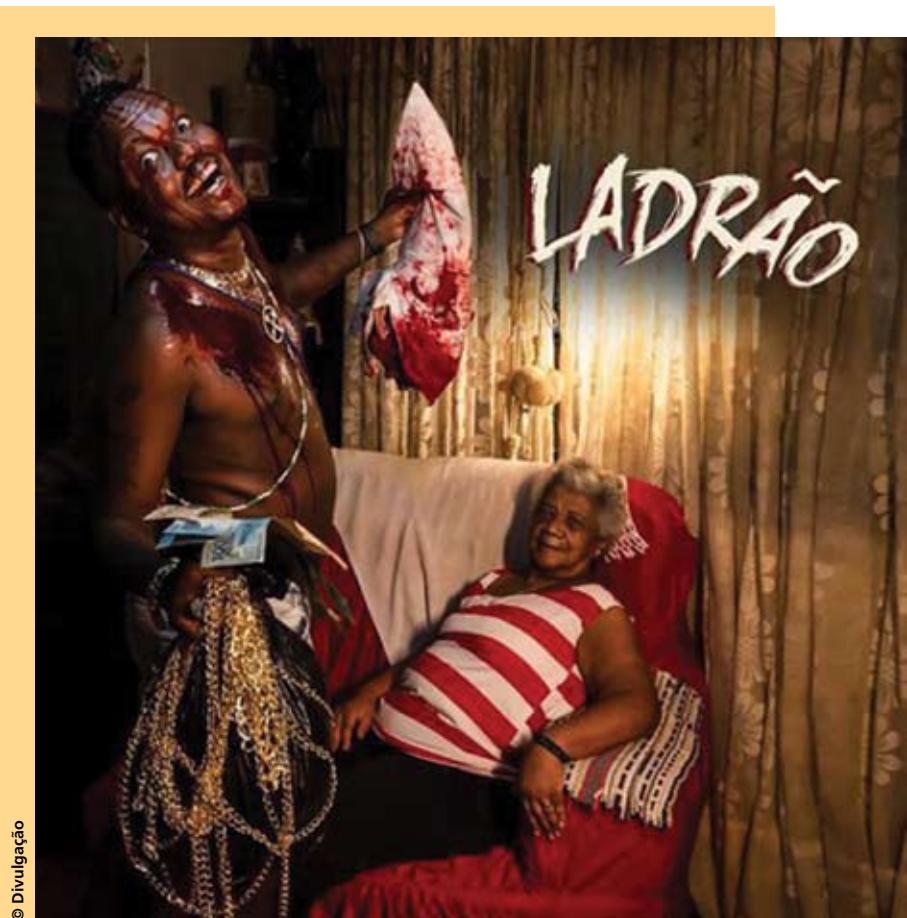
© Reprodução

LOUCO OCIDENTE

Hannah, queria poder dizer que a banalidade do mal deixou
de ser banal
Mas me perdoe Hannah
Não sei qual condição seguir
Pessoas loucas
ofuscaram a loucura
deixando o ocidental te guiar
e não saber escutar
palavras daqueles que se assustam
daqueles que são oprimidos pelo mal
Mas o mal está por todo lugar
está em todos
em toda esquina
E agora Hannah?
E onde é que eu estou?
Por que estou aqui se só restou o mal?
Ainda levo a esperança do talvez
Pois entre o certo e o errado, eu escolho ser os dois
Escolho ser luz e sombra
Brigam tanto por divergência
que só aparece a convergência
A convergência do mal
Me perdoe Hannah
Eu não quero fugir mais
Num século que as barreiras se explodem
A coletividade perdeu a capacidade de julgar o total
Não quero servir ao banal
Eu luto contra a maré do mundo ocidental
E esse é o problema
As pessoas são feitas do dualismo
E agora Hannah?
A festa acabou
E as sereias não cantam mais

Anna Baisi

Por: Beatriz de Oliveira



LADRÃO
ARTISTA: DJONGA



Depois de *Heresia* e *O Menino Que Queria Ser Deus*, Djonga nos presenteia com seu terceiro álbum, *Ladrão*. O disco ratifica o lugar do mineiro como um dos principais artistas da atual cena do rap. Desta vez, ressignificando a palavra ladrão em prol da autoestima do povo negro, que constantemente é julgado como infrator pelo tom de pele que tem.

"Desde pequeno geral te aponta o dedo
No olhar da madame eu consigo sentir o medo
Você cresce achando que cê é pior que eles
Irmão, quem te roubou te chama de ladrão desde cedo."

Ao longo das dez faixas, se define ladrão como aquele que sai de sua quebrada e acumula conquistas, então volta e dedica a vitória a todos os seus. Vencer de maneira honesta e sem esquecer de suas origens; é isso que Djonga prega, e é isso que ele afirma que fez. A sua valorização por quem o criou se torna explícita na música *Bença*, que homenageia sua avó, a qual está presente na capa do disco. A voz dela em paralelo ao canto, é um dos itens que torna a obra tão verdadeira.

Djonga continua com mensagens agressivas e com uma jogada de rimas inteligentes que lhe são características, a novidade desse álbum é o maior trabalho melódico.

O álbum conta com as participações de MC Kaio, Filipe Ret, Chris MC e Doug Now. Esse último é um nome ainda não visibilizado pelo público em geral, e, mesmo assim, Djonga o trás na intenção de o impulsionar, assim como já fez com outros artistas. Há duas love songs: Leal e Tipo.

A autoafirmação aparece novamente na última faixa, *Falcão*, na qual o cantor diz que se identifica com "corpos negros no chão" e com "corpos negros no trono". Tal percepção resume o intuito do álbum: presenciar as mazelas causadas pelo racismo e ao mesmo tempo ter consciência daquilo que realmente merece. Se ver nessa dualidade de opressão e vitória, e persistir vivendo entre as duas.

A quarta faixa do álbum leva o mesmo nome do filme de Glauber Rocha (1964), *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, e também faz referência à cidade de Canudos.

O rapper faz referência a obras audiovisuais atuais como o filme *Pantera Negra* e a animação americana *Rick and Morty*. Em *MLK 4TR3V1DO*, Djonga canta a capella uma paródia de *Moleque Atrevido* do sambista Jorge Aragão.

O grito inicial que é *Heresia* e o firmamento que é *O Menino Que Queria Ser Deus* se unem em *Ladrão*, mostrando o perfil de um rapper que evolui musicalmente e mantém seu propósito. A questão racial é tratada em todas as obras de maneiras distintas, e nem por isso deixa de expressar a realidade, mas pelo contrário, enriquece a arte ao mostrar mais de uma visão sobre o mesmo tema. Djonga conseguiu se superar mais uma vez.



O BEIJO

Por: Matheus Lopes Quirino

O beijo não vem da boca. O beijo vem antes disso. O beijo é intenção. É suspeitar levemente, palpitar, mexer as pernas, ou ser mexido por elas. O beijo é a levitação, os próprios pés fugidos da obrigação. O homem fatigado fugido da repartição, por cinco minutos, descendo lances de escadas para encontrar a namorada ou o namorado, no meio do expediente. E dizer um "oi", "tchau", "obrigado". O beijo é o não beijo.

E no não beijar, o beijo também é pedir licença, abrir a porta, puxar a cadeira. O beijo pode ser no rosto e nas mãos. Os cariocas dão dois, os paulistas um, os mineiros dão dois também. Os outros, de todos os estados, e todos as cidades, e todos os países do mundo – não necessariamente nesta ordem – dão quantos acharem necessário.

O beijo é o olhar vertiginoso, o sonho candente. Um poema, ou a intenção disto. A agitação. O habitué. O próprio beijo, desses de boca, que esparrama e as línguas se encontram. E as barbas cerram. O beijo é o toque sutil no rosto de alguém que não esperava tal delicadeza, e por assim vai se deixando levar pelos dedos desgovernados. E o beijo acontece... e já aconteceu.

O beijo acontece por um momento furtivo, depois de uma prosa alongada. Durante uma sessão de cinema. Um beijo acontece e desacontece. Um beijo é um não beijo quando esquecido. Um beijo volta a ser um sapo, e o príncipe vira conto de fadas. A cortesã, bruxa desmilinguida. O beijo, este de artigo robusto, o beijo nunca é esquecido. O beijo. Aquele lugar. Primeiro percebi que gostava de Diadorim, de amor mesmo, mal encoberto em amizade. O beijo é Guimarães, Drummond, Clarice, Cecília, Flaubert, Maupassant.

O beijo, de certa forma, desagua como um riacho doce dentro d'água, escorrendo por entre as grutas e cavernas mais profundas. É sereio e sereno, baixinho, aos poucos explode como cachoeira. De ensurdecer, um beijo se espraia, esparrama, espalha rama, escorre, lava a alma – como pode? Explode em fluxo, molha.

*

Das melhores intenções, como dito acima, o beijo também é extensão. O beijo se alonga no telefone, na conversa de duas horas. O beijo sai para jantar num botequim de esquina, num bairro boêmio ou em um café de teatro ou livraria. Um beijo é um cartão postal não enviado, pela falta de destino. Um emissário sem cartas. Um beijo é arrematar em correspondência, sem esperar respostas.

Um beijo é, no dia seguinte, as receber. Voltar à extensão, por duas horas. Um beijo é dizer não estar afim, estando. Um beijo é não prometer, se comprometendo. E lá estar, ajoelhado, dependurado pela própria língua, para lá e para cá. Num piscar de olhos, deparamo-nos com um beijo, dos mais beijáveis.

Um beijo causa rubor, causa estranheza e tudo mais. Um beijo é um beijo. Ele volta atrás, mas nunca se desdá ao já dado. Ele já foi. Ele é Ela. Ou ele mesmo. Beija? Sim ou Não, ou daqui a pouco. Ou, quando não, sem perguntas. Só beija. E vai! Beija! Beija! Beija!

De todos os beijos do mundo, o beijo, o maiúsculo, foi o beijo. Foi estranho. Foi um beijo também. Precisei repensar. Precisei consultar outros departamentos. Usei a intenção, liguei 106, discado, com a extensão. Foi intenso. Foi o beijo. Se demorou. Rápido e volátil. Foi uma tomada, duas tomadas, fomos eletrocutados. Pane. Curto-circuito. Pequeno, médio, longo-prazo.

O beijo é uma colher de pudim ou uma mousse de chocolate que dividimos. O beijo é um sorvete derretido. Meio caramelo. Metade da laranja. Um beijo é o resto de torta, três quartos de pizza. Um beijo é saboroso, o beijo é a plenitude. Guloso. O beijo vai para o livro de receitas. Batem ovos, farinha, leite, favas de baunilha, ou essência... um beijo se dá. O beijo se faz. Se repete. E de surgir, esporádico, renasce como um outro beijo, dos lugares menos esperados. Um beijo é roubado, e devolvido.

O beijo é um rapaz de calças jeans americanas, camisas xadrez, sapatos pretos, cabelos bagunçados, olhos cor de âmbar, mãos com veias saltadas, sorriso branco, tímido. O beijo é uma moça de olhos azuis, quase cinzas, com uma saia laranja e cabelo curtinho. Com colares de pérolas falsas, apanha uma caneta bic no chão. A põe na bolsa e finge que nada vê. E o rapaz sabe e a pede de volta.

E ela olha. E sorri, cheia de ressalvas. Argumenta. O beijo. O rapaz de cabelos bagunçados titubeia. Deixa passar a caneta – que diabos! Ela vai embora. E guarda a caneta na gaveta da escrivaninha,



© Reprodução: Instagram

com tantas outras canetas, lápis, lapiseiras, todos achados pela vida. Um beijo. Ela não sabe, mas faz falta.

E ele senta à máquina para escrever. Faltam-lhe ideias, sobretudo as boas, e ele lembra da intenção. Quando não era nada. Só um beijo. Aos solavancos, dá um pileque na máquina, ela desengasga. Ele também. Um beijo. Ele pensa na moça. Ela pensa no moço. E ele pensa na história. No moço que pensa no moço que pensa na moça, que não existe.

E a caneta era um pretexto. Para voltar, no bolso esquerdo da camisa xadrez. Um beijo. Era perguntar o nome e sobrenome de quem a pegou. Era anotar, com aquela caneta, o nome do mais beijável dos beijos, na palma das mãos, num guardanapo, no antebraço, que fosse. O beijo existiria, seria o começo e o fim. Seria para além do próprio ato, consumado, seria história velha. Existindo, enquanto fosse dado, rapidamente. E dane-se a caneta.

O beijo seria escrever todos os dias. O beijo seria brigar, desencontrar, dizer adeus, logo na primeira oportunidade. Porque não é mais beijo. O beijo é esquecer. É lembrar vagamente, depois da dosagem de tristeza até o nada, e, nos conformes da conformidade, acreditar que o beijo foi só um beijo. Um tantinho de beijo a lembrar de tempos em tempos, recordar, com ou sem beijo, que ele não vem da boca, precisa de pretexto. Uma caneta, um café, um simples despertar. Uma lembrança do que poderia ter sido, depois dos beijos, mas não foi.

Por: Gabriel Paes e Henrique Sales Barros

O dia 24 de março de 2013 ficou marcado na carreira de Clarence Seedorf como a segunda vez em que foi expulso em toda a carreira. O holandês veio ao Brasil para jogar no Botafogo e era conhecido por seu caráter exemplar dentro e fora de campo: em mais de 800 jogos e 20 anos de chuteira por clubes como Internazionale, Milan e Real Madrid, havia sido expulso de campo apenas uma vez. Ante o Madureira, pelo Carioca, foi substituído – já nos acréscimos – e se recusou a sair do campo pela lateral mais próxima.

O jogador bateu boca com o árbitro pois queria sair do “jeitinho” clássico, cumprimentando seu companheiro no centro de campo, em frente ao banco de reservas. A cena normalmente rende alguns segundos de bola parada, já que o jogador praticamente atravessa o campo – e é costume dos árbitros amarelarem um ou outro atleta que caprichar na lentidão. Acontece que, agora, esse costume não será mais permitido.

A IFAB (Comitê Internacional das Associações de Futebol, na sigla em português) aprovou doze mudanças nas regras do futebol em sua 133ª Assembléia Geral Anual em Aberdeen, na Escócia. O evento contou com a presença das entidades centenárias que comandam o futebol dos quatro países membros do Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda Norte) e mais quatro associações da FIFA.

Todo esse alvoroço [ver quadro abaixo] tem uma finalidade objetiva: aumentar o tempo de bola rolando. Atualmente, a FIFA diz que, para uma partida ter qualidade, ela precisa registrar, ao menos 60 minutos de bola rolando – média que ninguém alcança. Mas se engana quem pensa que enrolamos o jogo por

É O FIM DA “CERA” NO FUTEBOL?

Entidades que comandam o futebol mundial aprovaram 12 mudanças nas regras do esporte para acelerar o jogo



© Foto: The IFAB

Presidentes das quatro federações membros da IFAB e o presidente da FIFA em coletiva de imprensa

aqui: o Campeonato Inglês, por exemplo, tem apenas 1 minuto a mais de bola parada do que o brasileiro.

A Copa América deste ano já contará

com tais mudanças. No Brasil, as novas regras passarão a valer nos torneios da CBF a partir do 8 de julho após a pausa para a competição sul-americana de seleções.

As principais mudanças

- **Amarelo para os treinadores** – Atualmente os treinadores só podem tomar cartões vermelhos e serem expulsos de campo, mas curiosamente não podem tomar cartão amarelo. Agora, a IFAB decidiu que tal advertência poderá ser dada aos treinadores também.
 - **Bola ao chão para a história** – A bola ficará em posse do último jogador que a tocou e qualquer atleta adversário deverá manter uma distância de quatro metros da cobrança em lances que hoje são resolvidos com a clássica bola ao chão.
 - **Fim da bagunça na barreira** – Sabe aquela bagunça na barreira na hora da cobrança de falta? Jogadores do time que irá cobrar a falta e jogadores que estão defendendo a meta de seu goleiro costumam tomar um tempo desnecessário do jogo com empurrões, puxões, etc. Agora, apenas jogadores do time que está defendendo poderão formar a barreira.
 - **Fim da ‘cera’** – Seu time perdendo por 1 a 0 e precisando de um gol para se classificar para a próxima fase e, aos 45 minutos do segundo tempo, o treinador adversário resolve fazer uma substituição. O jogador a ser substituído está lá do outro lado da área técnica e vem caminhando lentamente, cumprimentando os companheiros e irritando o seu time. Agora, tais cenas não existirão mais: nesse cenário hipotético, o jogador deverá sair pelo lado que estiver mais próximo justamente para evitar tais situações.
 - **O soccer se joga com os pés** – Polêmicas envolvendo toques de mão na bola – e se eles foram intencionais ou não – deverão se tornar menos frequentes com as novas regras. Isso porque a IFAB decidiu que, mesmo que o jogador toque de forma não intencional na bola, o lance poderá gerar uma falta para o adversário.
 - **Tiro curtinho** – Se você é daqueles que gosta de uma “saída de qualidade”, terá um bom motivo para gostar desse pacote de mudanças pois entre elas
 - está uma que permite que o goleiro passe a bola para um colega de time que esteja dentro da área, não se fazendo mais necessário que ele passe para alguém que esteja fora dela ou dê a clássica “ligação direta”.
 - **Um pé já basta** – Outra coisa que acabava gerando muita confusão era o fato de os goleiros terem que fixar os dois pés sobre a linha em lances de pênaltis. Agora, eles precisarão apenas manter um pé na hora do chute para tudo ocorrer legalmente. Tal medida será de grande ajuda aos árbitros, já que tal fiscalização muitas vezes é difícil.
 - **Mais mudanças no pacote** – Além das que foram destacadas, outras mudanças nas regras também foram decididas na reunião anual da IFAB. Agora jogadores que comemoram gols inválidos e tirarem a camisa na comemoração, em lances em que o impedimento é marcado posteriormente, por exemplo, ainda sim receberão cartão amarelo; o tradicional cara ou coroa antes do jogo para decidir para qual lado cada time começa atacando também poderá definir qual time começa com a posse de bola.
- Essas são as mais profundas modificações nas regras do futebol desde a implementação do VAR (Árbitro de Vídeo). Inclusive, o uso desse sistema foi discutido durante a reunião da IFAB, onde os membros presentes concordaram que o saldo de seu uso foi positivo ao melhorar a arbitragem sem demais problemas para o decorrer do jogo. Outras grandes mudanças que ocorreram recentemente foram a permissão da quarta substituição em caso de prorrogação, no ano passado, e o uso da GLT (Tecnologia da Linha de Gol), em uso desde 2012, que insere um chip na bola e consegue precisar se a mesma cruzou a linha de gol ou não. Tais mudanças começam a ser aplicadas pelas federações continentais e nacionais filiadas à FIFA a partir de junho deste ano.
- O que nos resta, como sempre, é torcer – tanto para nossos times quanto para que o jogo não perca o principal combustível da nossa paixão: a essência do futebol.